

SESSÕES DO PLENÁRIO

92ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 23 de setembro de 2015.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Corôa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luiz Augusto, Luisa Maia, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Tom Araújo, Vando, Vítor Bonfim, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(58)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Há sobre a mesa o seguinte requerimento ao Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Bahia: (Lê) *“Os Srs. Deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, Art. 92 do Regimento Interno, requerem a convocação de uma sessão extraordinária, a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta, com o objetivo de apreciar as seguintes matérias: o Projeto de Lei nº 21.449/2015 e o Projeto de Lei nº 21.435/2015.*

Sala das Sessões, 23/09/2015.”

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Expediente.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Robinho comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 02, 03 e 08/09/2015.

Do Deputado Antônio Henrique Júnior comunicando que, devido a compromissos assumidos no cumprimento do mandato parlamentar, esteve ausente nas Sessões dos dias 09 e 10/09/2015.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.(**Oradores inscritos**)

Com a palavra o deputado Marcelino Galo.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, deputado Adolfo Menezes, nobres deputados e deputadas, meus companheiros servidores e servidoras, está acontecendo nesta Casa desde ontem a III Semana de Vigilância Sanitária. Ela vem sendo realizada aqui há três anos, está virando uma tradição e com a temática central dos desafios contemporâneos da Vigilância Sanitária e do seu poder de transformação.

É uma área fundamental da saúde pública. Esses profissionais têm a sua ação presente desde o nosso nascimento, pois na verdade, pela legislação, é uma obrigação deles fiscalizar as maternidades e atestar as condições de sanidade até se completar o ciclo biológico. Isso porque também os cemitérios são fiscalizados e têm atestadas a sua condição de uso e localização. Enfim, é essencial à sociedade a presença dessa atividade fundamental, que tem como característica ser uma ação de Estado. A atividade do pessoal da Vigilância Sanitária tem uma importância muito grande, sem tamanho até, para a economia, a produção, a agroindústria, a própria vida!

Este encontro que vem sendo realizado na Assembleia tem justamente o objetivo de discutir as condições atuais não só dessa atividade, como igualmente da vida desses profissionais, que estão lutando pela reestruturação da carreira.

Numa das atividades dessa manhã, o tema foi discutido com uma Mesa bastante participativa e exposições brilhantes. Estiveram presentes o Ministério Público, a Anvisa e também um consultor legislativo. Eles fizeram grandes explanações a respeito dos desafios que tem a atividade e os profissionais nela envolvidos.

Durante os debates, foi explicitada claramente a importância que tem uma atividade assim. Então, tivemos a oportunidade e assumimos ali mesmo o compromisso, também como proponentes desta III Semana, junto ao Líder da Maioria e do governo, deputado Zé Neto, de arregimentarmos a comunidade, conversarmos e explicitarmos a importância desse trabalho para dar-lhe visibilidade, haja vista ser ele realmente tão relevante e necessário para a sociedade aqui dentro desta Casa e fora dela.

Isso vem exatamente no sentido de termos vários parlamentares - se possível, a

participação deste Legislativo num todo como aliado - para que trabalhemos uma proposta concreta de reestruturação dessa carreira, porque nenhuma atividade econômica, nenhuma atividade da nossa vida, tanto na saúde como produtiva, pode prescindir duma reestruturação. E existe uma importância muito grande do ponto de vista também de o profissional da área atestar a sanidade e qualidade dos produtos que são exportados, sejam eles agrícolas, farmacêuticos ou de qualquer outro tipo. É sempre necessário que sejam atestados precisamente ali, na hora da exportação.

Foi um grande encontro nesta Casa, com a participação expressiva dos profissionais do setor e aquele auditório lotado. Estão todos de parabéns! E com certeza nós incorporamos o que lá foi debatido com muita responsabilidade, assumindo, repito, o compromisso de participar junto com eles para que possamos ter uma reestruturação das suas carreiras.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Herzem Gusmão pelo tempo de 5 minutos.

Gostaria, antes de V.Ex^a usar a palavra, de parabenizar em público o deputado Marquinho Viana pela passagem do seu aniversário, pois ele hoje completa mais um dos seus anos de vida. Tenho certeza que é o desejo de todos os seus colegas. Deus o proteja e lhe dê muitos anos de vida, com saúde e paz!

O Sr. HERZEM GUSMÃO:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, funcionários desta Casa, colegas da Imprensa, você que nos acompanha através da *TV Assembleia*, antes de fazer o meu registro, quero abraçar Marquinho Viana, uma voz importante do Sudoeste e praticamente meu vizinho de Barra da Estiva. Um grande abraço, e que Deus lhe abençoe neste dia!

Agora queria destacar que o jornal *A Tarde* e o site *Bahia Notícias* destacaram que a vistoria veicular do Detran da Bahia sofreu uma derrota na Justiça. É aquilo que nós estamos falando e destacando sempre: a portaria é inconstitucional e, além da inconstitucionalidade, fere também o Código Tributário Nacional. O juiz, Dr. Josevando, concedeu uma liminar a um aposentado obrigando o Departamento de Trânsito a enviar para a sua residência a documentação do veículo. Ele havia pago o IPVA, e o órgão condicionou o envio do documento à realização de uma vistoria, mas o aposentado conseguiu essa vitória. Resta agora que ela alcance o Estado da Bahia.

Nós temos aqui na Justiça uma ação e em Brasília outra, com o deputado José Carlos Aleluia, e aqui nesta Casa estamos com um decreto legislativo que precisa ser pautado, pois tenho certeza que os deputados derrubarão essa ilegalidade.

Gostaria também de manifestar o meu descontentamento, a minha preocupação, quando o governo manda, em regime de urgência, uma solicitação para um empréstimo de, nada mais, nada menos, do que 400 milhões de dólares, 1 bilhão e 600 milhões, ou 1 bilhão e 500 milhões. Nós merecemos, esta Casa merece saber como o governo está contraindo, qual é a verdadeira saúde financeira do Estado.

Porque eu quero registrar que no início do mês de março estive na Assembleia

o secretário da Fazenda, Manoel Vítório, e aqui, deputado Luciano Ribeiro, ele disse que a saúde financeira do Estado da Bahia estava muito bem, e que nos cofres tinha muito dinheiro. Ele disse que nos cofres do Estado tinha 4 bilhões e 600 milhões. Então, para que tomar empréstimo, se nós temos esse dinheiro guardado? Dinheiro guardado agora desvaloriza, em função da arrancada do dólar. Isso merece um questionamento.

Eu gostaria também de destacar que repercute, em Brasília, a tentativa, o recuo do PMDB, que o PMDB poderá aceitar ministérios em troca do apoio da presidente Dilma Rousseff. É isso, em apoio ao governo federal, é isso que desacredita a classe política, é isso que enfraquece o Congresso Nacional, as duas Casas. O PMDB tenta retornar, fazer o caminho de volta, caso o Partido seja contemplado com ministérios. Mereceu uma crítica do deputado Lúcio Vieira Lima. O deputado Lúcio questiona, diz que esta posição que o PMDB quer adotar é uma demonstração que o partido está de costas para a sociedade, não se está importando com as manifestações populares em relação à insatisfação da nação brasileira com o governo federal.

Eu quero daqui parabenizar a posição de Lúcio Vieira Lima, deputado federal, um dos mais brilhantes e que tem um desempenho extraordinário, lá em Brasília, de acordo com a divulgação da Imprensa. Quero destacar a posição firme, coerente do ex-ministro Gedell Vieira Lima, informando, Sr. Presidente, que o PMDB da Bahia, que o PMDB de Vitória da Conquista, eles estão em sintonia com as aspirações e os desejos do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado José de Arimatéia pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSÉ DE ARIMATÉIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Imprensa aqui presente, todos que nos assistem através do Canal Assembleia, venho a esta Tribuna, primeiro para fazer aqui um apelo aos Srs. Deputados que compõem a Comissão de Defesa do Consumidor, porque para que nós possamos avançar nas discussões de interesse dos consumidores da Bahia nós precisamos ter quórum na Comissão, para deliberar as ações.

Na semana passada, por exemplo, eu estive visitando o diretor da Anel, em Brasília, para tratar de assuntos com respeito ao problema das taxas de energia elétrica, o problema também das reclamações em relação a falta de energia, em alguns municípios da Bahia. Estou com um relatório, e poderia muito bem agora ler aqui no plenário, mas gostaria de dizer aos Srs. Deputados que compõem esta comissão que isso está em pauta, e na próxima terça-feira estarei apresentando o relatório desta audiência que tivemos na Anel, em Brasília.

Gostaria de contar com o apoio dos Senhores. Tanto dos deputados titulares como também os suplentes. Porque não tivemos quorum na última reunião. Já faz 3 semanas que não temos a participação, a presença dos Srs. Deputados. Então, gostaria, mais uma vez, de fazer esse apelo mais uma vez. Tanto ao Líder do

Governo, para que possa nos ajudar a falar com os Srs. Deputados que compõem esta comissão, como também ao Líder da Minoria, que também nos ajude para que possamos fazer com que esta comissão possa fluir.

Nós vamos aprovar o cronograma das atividades. Depois de aprovado, fica mais fácil para o trabalho caminhar. Portanto, faço aqui este apelo, mais uma vez, aos Srs. Deputados.

A outra coisa, Sr. Presidente, que gostaria de registrar e chamar também a atenção dos Srs. Deputados é que ontem participei, na Secretaria da Saúde do Estado, na Sesab – com a presença do governador e do Secretário da Saúde – do lançamento da política estadual de incentivo a doação de órgãos, tecidos e transplantes. Assistimos a leitura do relatório apresentado pelo Secretário da Saúde, e a Bahia é o último estado – dos 27 Estados da Federação –, em que o índice e a fila de pessoas que precisam de um transplante é mais de duas mil pessoas.

É um índice elevado. Falta, realmente, uma política de sensibilidade às famílias. Falta também uma divulgação maior. E, diante dessa situação, hoje pela manhã, nós realizamos aqui, na entrada da Assembleia, um ato que chamou a atenção das pessoas que estavam chegando para se sensibilizarem e abraçarem esta campanha de doação.

Nós tivemos a presença do Dr. Eraldo Moura, que é o coordenador estadual de transplante; a Dona Rogéria Santos, que é do Projeto Mulheres em Ação; Márcia Chaves, da ATX Bahia. Ela que é uma transplantada, e uma lutadora pela causa.

Então, fizemos este ato, um gesto de chamar a atenção da população para fazer sua doação de órgãos. Como também, na próxima semana, teremos, na Comissão de Saúde, a apresentação da política estadual de incentivo a doação de órgãos. Dia 29, na Comissão de Saúde, teremos essa audiência pública para fazer essa apresentação, já que no dia 27 deste mês é comemorado o Dia Nacional de Doação de Órgãos.

Então, era isso que gostaria de deixar registrado, Sr. Presidente, e contar com a sensibilidade dos Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Luciano Ribeiro pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna no dia de hoje para fazer um alerta e cobrar do Estado, do Poder Executivo, uma posição sobre a situação que vem trazendo intranquilidade à vida dos servidores públicos da Bahia, mais especificamente aos que participam do programa PHSP – Programa Habitacional do Servidor Público, que a deputada Maria del Carmen deve conhecer muito bem, através da Conder. Consiste no financiamento por parte do Estado dos imóveis residenciais para o servidor público.

Há informação, inclusive pelo telefone 3117-3530, de que não só aqueles novos financiamentos terão incentivo do Estado, e até entenderíamos, face às dificuldades financeiras pelas quais passam as contas públicas. Mas a informação é de que mesmo os contratos que já foram realizados e que estão em andamento haverá suspensão do

pagamento da parte que compete ao Estado nesse financiamento. Portanto, isso é um alerta ainda vamo-nos aprofundar nessa questão para saber de que forma anda essa atitude do Estado. Preferíamos que fosse equivocada a informação que nos chegou.

Mas também, quero aproveitar aqui, hoje, para dizer que preparamos uma emenda constitucional e estamos colhendo assinaturas dos Srs. Parlamentares, espero contar com número razoável, porque é uma emenda que beneficiará a prefeitos e a própria legislação da Bahia, a própria segurança jurídica nas questões de julgamentos de contas.

A Constituição Federal traz muito bem claro que cabe ao Tribunal de Contas dos Municípios, quando na apreciação das contas dos gestores públicos, dos chefes do Executivo em especial, emitir parecer, apreciar as contas apenas. E nos demais casos, dos outros administradores, cabe o julgamento. Com essa dualidade de informações constantes de forma não aclarada na Constituição Estadual há julgamentos conflitantes nos Tribunais Superiores Eleitorais. Ora entendendo que o prefeito será julgado pelo TCM, ora entendendo diferentemente.

Portanto a insegurança é grande e os prefeitos têm que ter o mesmo tratamento que tem o presidente da República, que tem as suas contas apreciadas e julgadas pelas casas legislativas. Além de trazer essa garantia jurídica, essa proposta de emenda constitucional também traz o mais importante, que é o fortalecimento do Poder Legislativo no processo democrático do nosso país, estado e município.

Diante disso, preparei essa proposta de emenda constitucional já estou colhendo as assinaturas necessárias. Espero contar com aqueles deputados que pensam desta forma, e entendem, como eu, de que devemos aclarar isso na Constituição Estadual para que os Tribunais não venham a trazer decisões conflitantes com o espírito da lei e, principalmente, com o que diz a Carta Maior do nosso país.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra, pelo tempo de 5 minutos, a nobre deputada Luiza Maia.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero saudar todos os presentes, o pessoal que nos assiste pela *Canal Assembleia*, inclusive, quero fazer o registro que tem audiência, as pessoas estão nos acompanhando pela *Canal Assembleia*, é bom que saibamos disso.

Mas eu quero, presidente, registrar com muita alegria que no dia 28 de setembro o município que eu escolhi para viver até o último dia da minha vida, Camaçari, completará 257 anos na segunda-feira.

Quero aproveitar, além de fazer essa moção de congratulações, fazer o convite a todos os meus pares para que participem. Será uma festa bonita. Obviamente, no final, tem um quebra-pau da política, mas é normal, é todo o mundo mostrando a sua força, o seu desfile. Então, a partir das 9 horas da segunda-feira, feriado municipal, comemoraremos os 257 anos do município de Camaçari.

Quero falar também, Sr. Presidente, sobre a decisão do Supremo Tribunal

Federal pondo fim ao financiamento privado de campanha. Acho que foi uma decisão acertada, foi um bonito placar de 8x3; a maioria mostrou, realmente, que está sintonizada com a nossa sociedade. A população brasileira, hoje, não aceita. São mais de 77% da população brasileira exigindo que o financiamento privado seja extinto do nosso país, do nosso sistema político. A privatização da política, a influência no resultado das eleições através do financiamento privado vemos, hoje, na Câmara Federal o resultado com um Congresso conservador, atrasado e que aprovou essa lei. Acho que agora, depois decisão do STF, a nossa presidente Dilma está respaldada para vetar o artigo dessa minirreforma, que eu não sei nem como é que chamamos aquilo, que eles aprovaram lá na Câmara Federal.

Por isso eu queria fazer um apelo a esta Casa, vamos fazer a campanha, nós já estamos nas redes sociais, vamos fazer a campanha : Veta, Dilma. Porque acho que é fundamental para a vida política do Brasil. O sistema político brasileiro está esgotado, não tem mais como sobreviver. A interferência das empreiteiras, dos empresários, do poder financeiro na política é uma coisa que não é boa para a democracia, não é boa para vários grupos sociais que querem ter espaço, participar da política, mas não conseguem porque não conseguem articular grana para isso.

Então queria fazer esse apelo, assinar embaixo da nota da OAB defendendo o seu presidente que foi agredido desrespeitosamente pelo ministro Gilmar Mendes, que é aparelho do PSDB e do DEM e que está ali dentro para fazer articulação política. Não é a primeira vez que esse ministro toma essas posições. Acho que ele é um conservador, votou contra a Ficha Limpa, vimos a postura dele agora em relação a essa questão do financiamento privado. E eu quero deixar registrado o meu repúdio a esse tipo de juiz. Porque acho que a Justiça não pode tomar partido da forma que alguns têm feito nesse Brasil e ele é um desses.

No final desse minuto, quero aproveitar o que o deputado Luciano Ribeiro falou sobre o Tribunal de Contas dos Municípios e dizer que há alguns conselheiros pelos quais temos o maior respeito, agora o conselheiro Paolo, que hoje está me processando porque aqui desta tribuna denunciei a sua perseguição à grande maioria dos prefeitos da Bahia, independente de partido, a perseguição dele ao ex-prefeito de Camaçari. No entanto, hoje, ele está-me processando. Mas isso não tem problema nenhum.

Acho que a questão dele é uma questão, realmente, partidária. Ele é uma pessoa que está como conselheiro sem ter qualificação para o cargo. Nós precisamos ficar atentos, porque esse tipo de postura, em um tribunal, órgão que funciona como uma força auxiliar do Poder Legislativo, não é correta. Por outro lado, tal postura, também, não nos ajuda e não contribui para o avanço da nossa democracia.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, a

nossa querida deputada Luiza Maia, que me antecedeu nesta tribuna, trouxe um tema que eu gostaria de levar adiante. Estava preparado para tratar desta questão que considero importantíssima para o Parlamento brasileiro em toda a sua extensão.

O que importa para nós – e fica muito mais claro em momentos de crise – é que vejamos, cada vez mais, consolidadas as instituições do Estado Democrático de Direito e mais precisamente aquilo que a Carta Magna dá guarida. O Poder Judiciário tem, como prerrogativa, também, zelar pela normalidade jurídica, pelo arcabouço jurídico do nosso País, da nossa jovem Nação que, ainda, está em formação.

E o perigo está visto a cada momento.

Neste País, gostaríamos de que o acesso de ministros à maior Corte se desse pelo critério da meritocracia. Refiro-me à inclusão dos seus membros como membros de uma Estrutura de Estado e não como membros de governo. E esta questão, deputada Luiza Maia, é recorrente aqui nesta Casa.

A Carta Magna prima pela igualdade de condições, principalmente, nos pleitos eleitorais. Está claro isso. E a política nacional, há muito tempo, está privatizada. O Parlamento, em sua grande maioria, expressa a vontade de quem lhe financiou por ampla maioria.

E em relação às atitudes do ministro Gilmar Mendes, ele deixa muito claro a sua preferência, o seu prejulgamento, as suas atitudes que desequilibram, exatamente, na mais alta Corte deste País, as ações que por, lá, tramitam.

Não foi à toa que, por mais de 1 ano, ele se sentou – e olhem que ele tem peso – literalmente, sentou-se sobre o julgamento que estava na mão dele ao pedir vista. E, ao devolver, ele o fez com um voto preconceituoso, prejulgando, tirando, deixando a suspeição dele próprio ao julgar, posteriormente, doravante a sua fala, qualquer membro do PT, independentemente da presunção de inocência que todos nós, brasileiros, temos o direito de dar por concessão da Carta Magna, através da atitude do legislador ou dos legisladores que a compuseram em 1988.

Da mesma forma, o procurador Carlos Fernandes dos Santos Lima, claramente, foi denunciado pelo deputado federal Paulo Pimenta, quando ele disse que o foco da Operação Lava-Jato não é investigar os desmandos e a corrupção que aconteceram na Petrobras mas, sim, a compra de votos pelo governo federal.

Ora, quando comparamos as doações da UTC e da Odebrecht, quem mais recebeu doações dessas empresas foram os nossos adversários! No entanto, parece-me que, nas doações, há um carimbo: “Aqui é lícito e ali veio de propina ou de corrupção.”

Estamos a assistir a mais completa desqualificação do Poder Judiciário, da mais alta Corte, do Ministério Público que, só após 2003, recebeu toda a condição de se estar aproximando do cumprimento das suas prerrogativas tão importantes para o Estado Democrático de Direito que estamos, a duras penas, tentando constituir.

E este Parlamento não pode passar ao largo deste esforço hercúleo que deve ser o esforço de toda a sociedade brasileira.

É este o alerta, Sr. Presidente, que faço do alto desta tribuna.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra ao primeiro orador no Grande Expediente, gostaria de informar aos Srs. Deputados que, hoje, votaremos o empréstimo de U\$ 400 milhões; o projeto da previdência; o requerimento da Oposição à Mesa Diretora que tem de passar pelo Plenário; do Detran e mais 3 projetos de lei dos deputados Bobô, Jânio Natal e Alex da Piatã.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo e Líder da Oposição, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, V.Ex^a traz a pauta desta Casa. Mas quero, aqui, expressar a posição da Oposição que vem usando da imprensa e vem sendo muito clara ao questionar por que achamos um absurdo um projeto do Executivo ser votado em regime de urgência nesta Casa, a exemplo do projeto de empréstimo de U\$ 400 milhões que esta Casa votará sem saber para onde irá este dinheiro.

Tudo bem!

Quero dizer a V.Ex^a que a Oposição não pode ser incoerente com as suas atitudes. Enquanto Líder eu for, não abrirei mão da minha coerência e da coerência da minha Bancada. Vejam, da mesma forma que a Oposição briga e pontua que o projeto do Executivo tem de ser apreciado nas comissões, a Oposição, também, traz a V.Ex^a a nossa posição em relação aos projetos de lei dos deputados.

Para não ocorrer o mesmo erro na quarta-feira passada quando esta Casa votou e aprovou um projeto já aprovado e sancionado, a Oposição entende e quer expressar a V.Ex^a que não assinará nenhuma dispensa de formalidade e, também, não dará chancela a nenhum tipo de projeto de lei de deputado, qualquer que seja ele, se o mesmo não for apreciado nas comissões competentes e passar pelo trâmite legal, porque “o pau que dá em Chico dá em Francisco”.

Da mesma forma que estamos com um discurso para o Executivo, estamos com o mesmo discurso para o Legislativo.

Muito obrigado!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, primeiro, gostaria de dizer a V.Ex^a que respeito vossa posição. E com relação aos 3 projetos de lei dos deputados, peço vênia a V.Ex^a para discordar, porque os projetos já passaram pela Comissão de Constituição e Justiça. É completamente diferente. Repito, os 3 projetos de lei originários de deputados já passaram pela Comissão de Constituição e Justiça.

Agora, se V.Ex^a, mesmo assim, mantiver sua posição, que respeito, eu votarei a urgência dos projetos de lei oriundos dos deputados e os colocarei para votar na próxima semana.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, V.Ex^a tem toda a razão de implementar aqui um novo modelo na Assembleia de votar projetos de lei oriundos de deputados. É importante para o Parlamento e importante para cada deputado desta Casa dar, até, uma satisfação à sociedade.

Mas o que não podemos é cobrir um pé e descobrir outro! Não pode, Sr. Presidente, é acontecer como o ocorrido na semana passada quando o projeto

polêmico veio para o Plenário a fim de ser votado e houve discordância.

A nossa Bancada estava com projeto de lei do deputado Marcell Moraes e um projeto de lei de igual teor já havia sido votado e sancionado. E o mesmo projeto veio a Plenário. Eu acho que V.Ex^a...

E ele apoia integralmente.

V.Ex^a botou esta Casa para trabalhar de forma produtiva e para votar projetos de lei de origem de deputados.

Agora, a Oposição não concordará em votar qualquer projeto de lei açodadamente.

Observem, se estamos fazendo um discurso para o Executivo, temos de ter a mesma postura para o Legislativo.

Esta é a posição dos deputados da Bancada de Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sr. Deputado, mais uma vez, eu ratifico minha posição de não entrar no mérito do posicionamento dos deputados de Oposição.

Apenas, quero dizer a V.Ex^a, conforme combinado, que mandei os 3 projetos para o Líder do governo e para o Líder de Oposição. Há 8 dias estão no gabinete. Na realidade, eles estão há 2 dias. Por um equívoco meu, eu não mandei o terceiro.

E se V.Ex^a não assinar a dispensa de formalidade, votarei a urgência dos 3 projetos hoje, porque é uma bandeira do presidente da Assembleia Legislativa votar projetos de lei originários de deputados desta Casa.

Deputado Sandro Régis, V.Ex^a tem uma posição diferente.

O Sr. Sandro Régis:- Regimentalmente, não há problema nenhum V.Ex^a votar a urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Primeiro, não estou discordando da posição de V.Ex^a. Respeito sua posição política, pois não vou entrar no mérito. Levanto para V.Ex^a que são projetos diferentes. Só trago projeto de lei de deputado depois de o mesmo ter passado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Segundo, eu mando, primeiro, para os Líderes do governo e da Oposição.

O Sr. Sandro Régis:- Mandou agora, depois que eu dei a sugestão na quarta-feira passada, porque, quanto aos 5 projetos votados aqui, nós não tínhamos nem conhecimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, V.Ex^a tem razão neste assunto. Tanto é que na semana passada...

O Sr. Sandro Régis:- Concordo com V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos adaptando à realidade, porque é uma bandeira minha votar projeto de lei oriundos de deputado desta Casa, independente de quem quer que seja o deputado.

Na semana passada, não sei se foi V.Ex^a, talvez tenha sido o deputado Adolfo Viana quem questionou o assunto. E nós aceitamos o questionamento. Tanto isso é verdade que mandei os projetos para o Líder do governo e para o Líder da Oposição.

Se V.Ex^a tem uma posição política de não votar, eu a respeito e não pedirei.

Eu, como presidente, posso, já que existem condições, votar a urgência desses 3

projetos de lei, porque não depende do Líder do governo nem do Líder de Oposição para aceitar a dispensa de formalidade. E, na próxima quarta-feira, votarei os 3 projetos.

O Sr. Sandro Régis:- Primeiro, Sr. Presidente, não é posição política. Estamos preservando, aqui, o que achamos certo ou errado.

Segundo, para V.Ex^a votar os projetos de lei originários de deputados, V.Ex^a deveria sentar-se com os Líderes e formatar a forma. Porque não pode, presidente, um deputado escolher os projetos de lei que serão votados. Foi o deputado Fabrício Falcão, com todo respeito, quem determinou os projetos de lei a serem votados.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, sem querer polemizar com V.Ex^a, V.Ex^a está equivocado. É uma comissão...

O Sr. Sandro Régis:- A comissão só se reuniu uma vez. O deputado Luciano Ribeiro está aqui. Deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a, como membro da comissão, tinha conhecimento, quinta-feira, dos projetos que seriam votados aqui?

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Meu querido amigo e Líder da Oposição, deputado Sandro Régis, nós nomeamos uma comissão composta por 5 parlamentares: Zé Raimundo, Fabrício Falcão, Luciano Ribeiro, Fábio Souto e mais um. Não me lembro o nome do quinto deputado nomeado para ver tais projetos de lei. Mande para a Comissão Constituição e Justiça.

A deputada Fabíola Mansur só mandou para mim os nomes de 3 deputados.

Não posso ficar refém da comissão. Eles me entregam. Mando para a Comissão de Constituição e Justiça e a mesma comissão a devolve. Não posso ficar perguntando aos deputados se eles se reuniram.

Eu assumi esta bandeira. Respeito a posição de todos. Respeito muito a posição do Líder da Oposição que pesa muito para mim. Tanto isso é verdade que V.Ex^a pediu para eu não votar durante a semana passada e nós acatamos a sugestão.

Agora, não irei, sob hipótese alguma, não votar projeto de deputado aqui.

O Sr. Sandro Régis:- A Oposição não quer que V.Ex^a não vote. V.Ex^a está apostando como se não quiséssemos. Pelo contrário, nós queremos que vote.

Apenas, estou dizendo a V.Ex^a que nós normatizamos o processo de votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Está normatizado, deputado, repito, está normatizado. Há uma comissão composta por 5 deputados. É problema da comissão. Quem manda a relação para mim é o presidente e eu não posso deixar de confiar na palavra dele. Eu mando para a Comissão de Constituição e Justiça. A Comissão de Constituição e Justiça aprova. Trago ao Plenário. E, com 8 dias de antecedência, mando para os 2 Líderes da Oposição e do governo. Analiso, inclusive, pessoalmente, com a Procuradoria. Quero aqui de público parabenizar o deputado Hildécio Meireles. Ele apresentou o projeto, estava pronto para votar, a Procuradoria disse que era inconstitucional, eu conversei com o mesmo, e ele apresentará outro projeto. Agora, não posso ficar refém de... vai para aqui, vai para acolá. Então eu estou nessa...

A Sr^a Luiza Maia:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, meu querido amigo, deputado Luciano Ribeiro. Depois, V.Ex^a.

A Sr^a Luiza Maia:- Sr. Presidente, eu pedi primeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Desculpe-me. V.Ex^a pediu primeiro. Questão de ordem, deputada Luiza Maia.

A Sr^a Luiza Maia:- Primeiro, Sr. Presidente, quero parabenizá-lo por essa sua atitude, essa sua decisão. Não sei se V.Ex^a recorda, todas as vezes que subi nessa tribuna, prometi que ia cobrar que se colocasse na pauta das sessões os projetos de deputados. Essa cultura de não votar projeto de deputado aqui era uma coisa que está por fora. Não sei quantos mandatos o deputado Sandro Régis tem nesta Casa...

O Sr. Sandro Régis:- Quatro mandatos.

A Sr^a Luiza Maia:- Então, pronto. Acostumou a não votar projeto de deputado, o nosso regimento é muito claro. Acho que V.Ex^a, inclusive, ainda foi mais complacente no sentido de criar a comissão, que não via nem a necessidade disso. Temos as comissões que fazem os debates. Só acho desnecessário, Sr. Presidente, qualquer projeto de deputado... e segundo, não tente desqualificar a comissão, deputado Sandro Régis, porque nós encaminhamos...

(O Sr. Sandro Régis se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, ela está com a palavra. Peço vênua a V.Ex^a.

A Sr^a Luiza Maia:- (...) Acalme-se! Deixe de nervosismo...

(O Sr. Sandro Régis se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ela está com a palavra, deputado.

A Sr^a Luiza Maia:- (...) Deixe de nervosismo. Estou pedindo para V.Ex^a não desqualificar a comissão, porque encaminhamos os projetos para o presidente Fabrício. Coloquei, inclusive, 5 projetos dando uma ordem a ele. Disse: “se esse aqui estiver tudo *ok*, o primeiro, o segundo e o terceiro”. Acho que não tem por que os Líderes terem que ter conhecimento, terem que ter aprovação, terem que ter que assinar acordo para votar projetos de deputados. Temos que ir para a tribuna, além do debate nas comissões, acho que precisamos estar na tribuna fazendo as defesas dos nossos projetos e o Plenário votar. Projeto do Executivo precisa fazer acordo entre os Líderes para a votação ser acelerada, mas acho que, com relação aos projetos de deputados não pode ser dessa forma. O nosso regimento é muito claro, nós só precisamos acelerar essa...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Fabrício Falcão:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Depois, V.Ex^a.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, sinto-me incomodado na discussão que está tendo. Como membro da comissão, mais uma vez, quero aclarar isso em Plenário. Essa comissão que faço parte, que reunimos uma vez no gabinete do deputado Fabrício, tem – e até não poderia ser diferente – a única função de solicitar aos deputados quais dos seus projetos ele quer que tenha uma tramitação prioritária. E

foi isso que nós fizemos. Nós não fizemos, e até porque não poderíamos fazer, foi analisar qualquer método de projeto. Nós fizemos a seleção de acordo com o encaminhamento do deputado e encaminhamos para lá. Portanto, é preciso que se esclareça aos deputados que nós não analisamos método de nenhum projeto. Estou me sentindo incomodado com isso.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Fabrício Falcão.

(O Sr. Sandro Régis se manifesta fora do microfone.)

O Sr. Fabrício Falcão:- Quero só esclarecer. Quero pedir ao deputado Sandro Régis para prestar atenção à minha fala, senão ficará um pouco... queria que ele escutasse. A minha fala é praticamente a mesma fala do deputado Luciano Ribeiro. Essa comissão não tem poder de aprovar projeto de deputado. Nós estamos apenas acelerando para que façamos o nosso papel de tentar votar projeto de deputado que esta Casa não vota, apenas isso. Já teve deputado, Sr. Presidente, que foi ao meu gabinete pedindo que eu garantisse a aprovação do projeto dele. Eu falei: “deputado, quem vai garantir são as comissões, é a Comissão de Constituição, não somos nós”.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O Sr. Fabrício Falcão:- Nós apenas temos a condição de acelerar. Agora, muitos dos colegas, não enviaram os projetos, enviaram depois, mas a comissão está fazendo o seu papel. Agora, quando chega para votar projeto nosso... temos até dificuldade de votar o que é nosso.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Antes de passar a questão de ordem para o meu querido amigo, deputado Adolfo Viana, que é o último orador, digo que a regra está criada. Quem tiver projeto de interesse que tramite com prioridade passa para a comissão, a comissão passa para a presidência, a presidência passa para a Comissão de Constituição e Justiça. Os que forem aprovados, trarei aqui, com 8 dias de antecedência, mando para o Líder do governo e o Líder da Oposição e votamos. Esse é o rito.

O Sr. Zé Neto:- Esse é o Marcelo Nilo que conheço.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agradeço pela compreensão. Vou repetir, antes de passar para o meu querido deputado Adolfo Viana. O rito está formado. A Comissão tem apenas o poder de fazer a triagem, passar para a Comissão de Constituição e Justiça, ver quais são as prioridades para mandar apenas um por deputado. Vai para a Comissão de Justiça, volta para a presidência, que entrega ao presidente da Comissão. Votou na comissão, vem direto para o plenário com 8 dias de antecedência.

Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Quero parabenizar V.Ex^a pela iniciativa de colocar os projetos dos deputados para serem apreciados no plenário, e entendo ser importante o rito criado. Para serem votados, precisam da dispensa de formalidade dos líderes, tanto da Oposição quanto do governo, é o que pede o Regimento da Casa e sei que

V.Ex^a cumprirá.

Por que isso? No momento em que um Líder da Oposição assina uma dispensa de formalidade, tenho certeza de que não o fará sem comunicar à Bancada. Da mesma maneira o Líder do governo. Essa dispensa de formalidade é justamente para preservar tanto V.Ex^a quanto a Mesa Diretora e os parlamentares, para que não aconteça o que aconteceu na semana passada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O presidente não tem poder de colocar qualquer projeto sem dispensa de formalidade se vencerem os prazos regimentais. Trarei esses três projetos hoje e pedirei a dispensa. Se não dispensarem, votarei a urgência, e podemos votar na próxima semana. É o que farei.

Foi acordado na semana passada que votaríamos hoje esses três. Se por acaso os deputados Sandro Régis ou Zé Neto por qualquer motivo, que não me interessa, disser que não concorda com a votação, tenho o poder de colocar a urgência em votação. Votando a urgência, votamos os projetos na próxima semana.

O Sr. Adolfo Viana:- Volto a parabenizar V.Ex^a pela decisão acertada. O acordo de líderes não pode ser verbal, tem de ser com firma reconhecida. Na semana passada votamos cinco projetos sem as dispensas de formalidade assinadas. Não podemos achar que isso é uma coisa correta, porque não é. Para que isso não ocorra novamente, para colocar os projetos de deputados para serem votados devemos fazer como sugeriu V.Ex^a, através da urgência ou com dispensas de formalidade assinadas pelos dois líderes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a tem toda razão.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Quero parabenizar o presidente Marcelo Nilo pela decisão acertada. Alguma coisa tem de ser ajustada. Conversei com Sandro Régis mas acho que é isso, tentar fazer com que regularize a presença das duas lideranças para dar consistência regimental e colaborar no sentido de ter condição de, ao menos, passar aos líderes de Bancada, os líderes partidários a relação dos projetos que serão votados. O deputado Eduardo pediu, tudo bem, não tem dificuldade, queremos colaborar.

Como o deputado Adolfo falou, é preciso dar consistência regimental para evitar que haja, lá na frente, qualquer turbulência. V.Ex^a foi preciso.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agradeço.

Questão de ordem, deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, para colaborar com a discussão, além da Comissão de Constituição e Justiça, que é uma comissão importante da Casa, coloque-se também o parecer da Comissão de Finanças e Orçamento, que são as comissões mais importantes da Casa e que têm pareceres relevantes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Boa idéia. Passa para a Comissão de Constituição e Justiça, mando para a Comissão de Finanças, dou um prazo e vai tramitar o rito.

Deputado Adolfo, V.Exª que fez um levantamento com relação às comendas, a proposta do presidente – levarei para a Mesa Diretora - é uma comenda e três Títulos de Cidadão Baiano por ano para cada deputado. No máximo!

O Sr. Adolfo Viana:- Três?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Título de Cidadão Baiano pode ser um pouquinho mais, porque, na realidade, é ilimitado no Regimento Interno, mas vamos limitar a três.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Só um segundinho, deputado.

Deputado Adolfo Viana, essa é a proposta da Presidência, mas ainda vamos sentar com os membros da Mesa. A ideia é ser uma comenda e três títulos por ano para cada deputado.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, o senhor vai trazer um projeto de resolução para ser apreciado pelo Plenário?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pelo Plenário.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu darei uma sugestão, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não!

O Sr. Adolfo Viana:- Eu ouvi que duas por ano V.Exª acha pouco, mas vou sugerir que cada deputado tenha direito a uma por mandato. Imaginemos o seguinte: se 63 parlamentares derem uma comenda por ano será demais. Estaremos banalizando. Então, a minha sugestão é que...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem! Eu trago para o Plenário e decidiremos. V.Exª sugere uma por mandato e eu sugiro uma por ano, mas o Plenário é soberano.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo Viana, existem duas comendas que estão programadas já para a entrega, porque imaginávamos que elas seriam votadas, por isso quero fazer um pedido, um apelo a V.Exª, principalmente. Se V.Exª permitir, existem duas pessoas que estão programadas para receber a comenda – foi feita uma programação, porque imaginávamos que haveria aprovação –, quais sejam Fernando Santana, cuja sessão está marcada para o dia 1º, se V.Exª...

O Sr. Adolfo Viana:- Já aprovamos essa comenda?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vai ser aprovada, se V.Exª concordar.

O Sr. Adolfo Viana:- A comenda nem foi aprovada e já está marcada?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ouça! Temos de usar o bom senso sempre, e eu sei que V.Exª usa.

Houve uma questão de ordem de V.Exª que alegou o Regimento Interno, mas antes eu gostaria de registrar a presença dos alunos da Escola Municipal Governador Roberto Santos, do Cabula, que nos honram muito com suas presenças. (Palmas)

Deputado Adolfo Viana, houve uma questão de ordem de V.Exª positiva e surpreendente que questionou o Regimento Interno corretamente, e fomos obrigados a suspender, mas nós imaginávamos que aprovaríamos, como sempre aprovamos as comendas das personalidades que são sugeridas pelos Srs. Parlamentares. Existem

duas que estavam programadas, e eu queria fazer, aqui, um apelo, um pedido – é apenas um pedido – para que aprovemos a comenda ao deputado Fernando Santana, que está programada para ser entregue...

O Sr. Joseildo Ramos:- É uma homenagem *post mortem*.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Isso! É *post mortem*, porque, inclusive, está programada para ser entregue à família. É óbvio que o Plenário é quem decide!

A outra comenda é para o presidente da CBPM, Alexandre Brust, que está programada, inclusive, para ser entregue no dia 08 de outubro. Se V.Ex^{as} permitirem, colocaremos esses dois projetos de resolução aqui.

O Sr. Adolfo Viana:- Já está programada?

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Foi programada, mas só seria realizada se fosse aprovada. Se V.Ex^{as} não concordarem, eu não posso votar.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo...

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, eu já havia pedido uma questão de ordem!

O Sr. Joseildo Ramos:- Só um minutinho. Sr. Presidente, eu gostaria de conversar. Acho que o deputado Adolfo Viana foi pertinente. Eu comungo com a ideia dele, porque a gente tem de ter o cuidado de não estar, realmente, banalizando essas comendas. Contudo, como nada disso tinha sido levantado, está extremamente ruim.

Acho que, unanimemente, todos entendem o valor que é prestar essa homenagem em memória a um cidadão da estatura política do ex-deputado federal Fernando Santana. Muitos aqui têm parentes que conviveram com ele. Então, ficará muito ruim, se, por ventura, não houver esse encaminhamento, tendo em vista que a sessão especial está marcada para o dia 1º de outubro, na próxima semana.

Então, faço um apelo nesse sentido.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se os deputados concordarem, a gente vota. Se os deputados não concordarem, infelizmente, eu não posso fazer nada.

Questão de ordem do deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem – nós vamos defender essa proposta na reunião da Mesa – é que, durante o mandato, o deputado tenha duas comendas e quatro títulos. Eu acredito que seja um número que contemplaria a todos e que atenderia a nossa demanda.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Eu vou ver se, hoje, eu faço uma reunião extraordinária sobre esse assunto com a Mesa Diretora, tendo em vista que, repito, infelizmente, ontem não tivemos essa reunião, porque fui a Brasília.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Essa é última questão de ordem, por favor.

Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, eu acredito que a questão de ordem, levantada na sessão passada pelo deputado Adolfo Viana, é extremamente pertinente. O que vinha acontecendo nesta Casa, Sr. Presidente, é que, realmente, estavam banalizando a entrega de uma comenda, extremamente, importante e

significativa desta Casa. Cada parlamentar, ao seu bel prazer, indicava quem queria e tal indicação estava sendo aprovada sem nenhum critério e sem nenhuma importância. E se trata de uma comenda importante e que tem uma tradição muito grande nesta Casa.

Então, foi, extremamente, válida a questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

Quanto ao pleito de V.Ex^a, deputado Joseildo, acho importante levar em conta os questionamentos. Como se organiza a entrega de uma comenda sem ela, ao menos, ter sido aprovada dentro do Plenário da Casa? Antes da provável aprovação pelo Plenário, marca-se a data para a entrega da comenda? A indicação da comenda pode ser rejeitada inclusive, pois o voto é secreto. O resultado é: a outorga da comenda pode ser rejeitada e a sessão nem acontecer.

Mas já que houve este apelo do presidente Marcelo Nilo e o apelo de V.Ex^a, deputado Joseildo, não vejo nenhuma dificuldade. Mas espero que isso não se torne praxe e que, realmente, venha a se regularizar, ou seja, a se criar os critérios necessários para a votação dessas importantes comendas.

Que a Mesa Diretora traga, realmente, os critérios a serem definidos para a entrega das importantes comendas nesta Casa.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o novo Paulo Jackson da Assembleia, deputado Adolfo Viana, pois, pela quarta vez, em menos de meia hora, ele solicita uma questão de ordem.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, é só para ajudar com um assunto que está em pauta. Existem outras honrarias que a Casa concede. A maior delas é a Comenda Dois de Julho que só são duas por ano. As outras medalhas não estão nem sendo oferecidas, porque já que a Comenda Dois de Julho está sendo entregue de maneira repetitiva. As outras honrarias, praticamente, já nem existem mais na Casa.

Então as outras honraria, também, servem e têm um valor tão especial quanto a Comenda Dois de Julho. Por conseguinte, vamos favorecer a quem nós entendermos ter merecimento para receber essas honrarias com as outras medalhas. E quanto à Comenda Dois de Julho, deixamos para aquele caso excepcional.

Esta é a minha sugestão.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Grande Expediente.

Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 25 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, imprensa, cidadãos que nos acompanham através das nossas galerias, ocupo a tribuna, na tarde desta quarta-feira, para fazer uso do Grande Expediente e tratar de um assunto de grande importância não só para o Estado da Bahia como para todo o Brasil.

Durante o último final de semana, ao lado dos deputados Zó e Luciano Simões Filho, nós participamos de uma audiência pública no município de Casa Nova, onde

foi discutida a crise hídrica e a questão da revitalização do rio São Francisco.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, fui, hoje, até à Comissão de Meio Ambiente com o requerimento pronto para tentar aprovar uma audiência pública em defesa do rio São Francisco. Infelizmente, a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa, pela segunda semana consecutiva, não obteve quórum para a abertura da mesma.

Este é um assunto que deve ser prioridade para esta Casa, justamente porque o Senado Federal já vem discutindo, através dos senadores do Estado da Bahia e, também, através dos demais senadores dos Estados banhados pelo rio São Francisco. A Câmara Federal vem tratando deste assunto com prioridade.

E eu gostaria de contar com o apoio desta Assembleia Legislativa.

Os problemas relacionados ao Rio São Francisco são gravíssimos. Tenho certeza, deputado Paulo Rangel, de que V.Ex^a, que tão bem representa aquela região ribeirinha, vai ficar do lado desta defesa. Ouve-se falar muito na transposição do São Francisco. Ela tinha em 2007 um orçamento inicial de R\$ 4,6 bilhões, que em 2009 passou para R\$ 5,2 bilhões. Mas no ano de 2012 já se falava em R\$ 8,2 bilhões. E agora neste 2015 fala-se em mais de R\$ 15 bilhões. Só que até agora a tão falada transposição não virou uma realidade!

Não sou contra levar água para quem precisa no Ceará. Acho que eles merecem, pois todos têm direito à água. Porém o que não podemos admitir é que se pense na transposição do São Francisco sem antes pensar na revitalização do rio. E o que tenho percebido, através de estudos realizados pela minha assessoria, é que a transposição é uma prioridade em detrimento dessa revitalização.

Vejam nessa tabela que do ano de 2010 para cá os investimentos na revitalização do rio só vem diminuindo. Percebam V.Ex^{as} que naquele ano estavam previstos R\$ 461 milhões em investimentos para a revitalização do São Francisco. Foram executados R\$ 415 milhões. Em 2011, de R\$ 415 nós reduzimos o orçamento para R\$ 379 milhões. No ano seguinte, reduzimos de R\$ 379 para R\$ 313 milhões. Em 2014 reduzimos para R\$ 136 milhões, ou seja, a previsão de investimento neste 2015 já é de apenas R\$ 130 milhões! Portanto, de 2010 para cá o orçamento de revitalização do Rio São Francisco vem diminuindo consideravelmente.

O que é que o povo do Ceará, que espera a tão sonhada transposição, vai receber, uma vez que o Rio São Francisco, deputado Gika, venha a morrer? Vai receber absolutamente nada! Então, o que nós temos de defender aqui é que o governo federal pense em inverter essa ordem e, ao invés de reduzir os investimentos na transposição do São Francisco, venha de uma vez por todas reconhecer que ela não será eficaz se o rio não estiver revitalizado. O deputado Gika sabe que os agricultores que vivem na borda do rio encontram-se hoje em dificuldade porque não conseguem mais buscar a água do São Francisco. O leito do rio vai se distanciando cada vez mais de quem produz na região ribeirinha, e eles passam a ser agora dependentes de canais de aproximação.

Então, deputados Joseildo e Zé Neto, acho que a luta em defesa do São Francisco deve ser uma luta que tem de estar acima das nossas diferenças partidárias. O governo federal priorizou a transposição e diminuiu investimentos ano a ano na

revitalização. Nós precisamos nos unir e mostrar à União que a revitalização tem de estar na frente da transposição. Não que eu espere que a obra da transposição esteja parada ou paralisada. O que nós esperamos é justamente que o governo federal compreenda de uma vez por todas que tudo que se tratar do São Francisco tem de ser secundário aos investimentos na revitalização do rio. Ele vem morrendo ano após ano. Estamos todos percebendo um esforço enorme, tanto dos senadores como dos deputados federais. E nós aqui na Assembleia Legislativa precisamos definitivamente nos unir, não apenas a Bancada da Oposição e a governista. Temos de estar unidos, governistas e oposicionistas, a favor do São Francisco. Não é razoável que o rio, que vem sofrendo ano após ano, esteja com seus recursos de revitalização reduzidos ano após ano.

O Sr. Sandro Régis:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Ouvirei, com muito prazer, a palavra do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Deputado Adolfo Viana, tenho dito aqui, e a Casa tem ecoado aos quatro cantos, da forma que V.Ex^a vem conduzindo o seu mandato nesta Legislatura. Não tenho dúvida que o senhor será um dos deputados destaques de 2015. E traz hoje para a Assembleia um tema de suprema importância para todos os brasileiros, a questão do Rio São Francisco. Quero dizer-lhe que concordo plenamente com as suas palavras e a sua preocupação em relação à preservação e revitalização dele, que agora são tão importantes quanto a transposição.

Transmito-lhe a nossa alegria por tê-lo, neste momento da sua carreira profissional, como Líder de Bancada trazendo sugestões e acrescentando todos os dias ao Parlamento. Sempre traga temas que realmente enriqueçam e preocupem a todos os brasileiros.

O Sr. Vítor Bonfim:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Marcell Moraes:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço o seu aparte, deputado Sandro Régis.

V.Ex^a está inscrito, deputado Marcell.

Vou seguir a ordem concedendo agora a palavra ao deputado Vítor Bonfim.

O Sr. Vítor Bonfim:- Deputado Adolfo Viana, gostaria inicialmente de saudar e cumprimentar V.Ex^a por essa iniciativa. Nós conhecemos de perto o São Francisco. Sou ribeirinho também, lá do município de Ibotirama, e atuo na região Oeste do nosso Estado, onde a economia depende muito do rio.

Vimos, na Comissão de Agricultura, o reflexo que está trazendo para a economia baiana a baixa do reservatório do Lago Sobradinho, afetando diretamente a todos os projetos de irrigação com a diminuição da vazão daquela represa. E há consequências igualmente na geração de energia para a nossa Bahia. Então, V.Ex^a está de parabéns por trazer ao Plenário este debate.

Sabemos que esse problema também é uma preocupação dos nossos senadores da República. Tanto a senadora Lídice da Mata como o senador Otto Alencar têm encampado essa bandeira. Precisamos do auxílio e apoio deles para podermos ter garantida a revitalização do nosso Rio São Francisco. Essa é uma bandeira histórica

desta Casa.

Recordo-me bem, à época do início da transposição, de que funcionou neste Poder uma Comissão Especial de Defesa do Rio São Francisco, que buscou compensações ao nosso Estado da Bahia para que ocorresse, sim, a transposição levando água aos baianos e demais nordestinos, que precisam mesmo deste bem valioso, a água do Velho Chico. Mas a Bahia é exatamente o Estado por onde transcorre o mais longo percurso do rio. Então, que seja também privilegiado com as suas águas.

Não podemos vê-las sendo levadas para outro Estado e a população ribeirinha daqui ficar sem nada. Você dista pouco mais de um quilômetro do rio, e a população é completamente desassistida. Os municípios ribeirinhos deixaram de receber a contrapartida do Ministério da Integração, que existia para eles. E a Codevasf parou com os programas de investimento nas cidades ribeirinhas. Portanto, é preciso realmente que isso volte à discussão.

A senadora Lídice da Mata apresentou um PLS de nº 86, já foi aprovado na Comissão do Meio Ambiente do Senado Federal, relatado, inclusive, pelo senador Otto Alencar, e temos que levar essa discussão adiante.

Parabéns a V.Ex^a que, como bem disse o Líder Sandro Régis, tem se destacado a cada dia mais aqui na nossa Casa.

Parabéns.

O Sr. Zé Neto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a. E aproveito para dar um dado a V.Ex^a: a capacidade de armazenamento de água do Lago de Sobradinho chegou à marca de 10% hoje. Em pouco tempo, chegaremos ao volume morto da barragem e isso impossibilitará até a geração de energia.

Ouçó o deputado Zé Neto, Líder do governo.

O Sr. Zé Neto:- Eu queria, deputado Adolfo, primeiro saudar pela sua colocação, claro que temos que ajustar um pouco discurso para não ficar como disputa, acho que não é hora de disputa.

A transposição já foi uma polêmica muito grande aqui na Casa, ela está em curso, acho que é uma coisa, e o que V.Ex^a chama a atenção é uma coisa extremamente necessária. Aliás, quero até propor aqui, deputado Sandro, que V.Ex^a sente com o deputado Vitor Bonfim, os dois deputados, para que façamos aqui, a quatro mãos, com o Senado, pedir a vinda da senadora Lídice e do senador Otto, e convidar os nossos parlamentares, de governo e de Oposição, para buscarmos aqui dois movimentos importantes.

Um com relação ao rio São Francisco – e queria propor ao deputado Vítor também, em nome da Liderança, pedir a V.Ex^a essa intervenção, já que V.Ex^a se manifestou tão brilhantemente, a mesma situação que passa o Paraguaçu, passa o rio São Francisco. Esta Casa pode dar uma grande contribuição, governo e Oposição reunidos poderem chamar a atenção dessas duas temáticas, quero colocar a V.Ex^a a minha disposição de colaborar.

O Sr. Paulo Rangel:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ADOLFO VIANA:- Quero incorporar o aparte de V.Ex^a, deputado Zé Neto, e dizer que V.Ex^a foi muito feliz nas suas colocações, essa não pode ser uma bandeira do deputado Adolfo Viana, essa tem que ser uma bandeira da Assembleia Legislativa da Bahia. E quer lançar aqui essa força tarefa, temos que hoje fazer um compromisso, todos os parlamentares desta Casa. Vou lançar a ideia e espero que todos incorporem-na: união pelo São Francisco, em que não estaremos em lados opostos, estaremos do mesmo lado, todos pelo São Francisco, é o que a população ribeirinha espera.

Ouçõ, com prazer, o deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Adolfo Viana, quero parabenizá-lo pelo discurso e dizer que sempre vi com muita preocupação, não a situação atual do rio São Francisco, mas a forma como o rio São Francisco vem sendo tratado. Existe um uso, realmente, irracional das águas do rio São Francisco, há muito tempo carecemos fazer uma discussão e a aprovação de um orçamento das águas para aquele rio no qual levemos em consideração exploração de energia, irrigação, pesca, consumo humano, consumo animal. No entanto, o que temos assistido é a depredação do rio a partir...

O Sr. Alex Lima:- Um aparte, excelência.

O Sr. Paulo Rangel:- (...) depredação ambiental e ao mesmo tempo um uso irracional. Inclusive, no meu entendimento, no entendimento de alguns técnicos, temos que rediscutir a matriz energética do Nordeste, porque sempre achei um grande absurdo que numa região árida como a nossa, onde só temos dois grandes rios, que é o São Francisco e o Parnaíba, 90% das águas desses rios estejam voltadas para a geração de energia elétrica. Assim como temos que repensar também a implantação de excessivos projetos de irrigação, a exemplo do que ocorre no Oeste da Bahia. Temos mais de 300 mil metros cúbicos de água funcionando hoje para irrigar aquela produção. Como acho inconcebível, e sempre achei, a transposição do Rio São Francisco naquilo que diz respeito ao eixo norte, até porque o meu entendimento é de que a finalidade daquela água está equivocada. Para se ter ideia, vamos trabalhar com projetos de fruticultura, quando no entendimento de alguns técnicos a comercialização dessas frutas ficará inviável, porque não sabemos quem vai arcar com os custos da água. Vamos ter subsídios cruzados? Não vamos. Eu entendo que é realmente uma discussão que tem que ser feita com muita consequência, sabemos que existe uma diferença muito grande entre projeto de transposição e o processo, digamos assim, de revitalização. Processo é uma coisa que não pode parar nunca, e projeto tem que ter começo, meio e fim. E nos preocupa inclusive o que houve com a obra, que foi uma obra que, mal começou, apresentou grandes defeitos técnicos.

Portanto quando V. Ex^a. traz aqui essa preocupação, sendo filho, de certa forma, do São Francisco, já que é parente, neto de ribeirinho, V. Ex^a. faz, eu diria, no momento apropriado, e esperamos realmente que essa discussão agora seja levada aos termos que deveria ser levado.

Parabéns a V. Ex^a.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu agradeço seu aparte e o incorporo-o ao meu pronunciamento.

Eu tenho a certeza que vendo diversos parlamentares de partidos diferentes se manifestarem, todos em favor desta causa nobre e justa, chegou a hora de darmos a nossa retribuição ao rio São Francisco, que tanto já contribuiu para o ribeirão e consequentemente para todo o estado da Bahia.

Ouçó, com prazer, o deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado Adolfo Viana, além de solicitar esse aparte para parabenizá-lo pela fala, esse assunto, na minha opinião, tem o condão de enquadrar toda esta Casa do ponto de vista de que é algo estruturante para o Estado da Bahia, mesmo porque, em várias manifestações, por motivações diferentes, vários formam os deputados de todas as matizes ideológicas que se pronunciaram sobre esse tema.

Observe, ainda há tempo, ainda há tempo! O processo de degradação do rio São Francisco acontece há centenas de anos. A única coisa com que não concordo é de que a solução da transposição já era cogitada também há centenas de anos. Naquela época, com uma condição muito melhor de fazer, já existiam, por incrível que pareça, obras de transposição em outros continentes, com tecnologias que não são as que temos à disposição hoje, então eu acredito que chamar os três senadores é uma proposta que tem cabimento e a união dos parlamentares desta Casa para poder reverberar essa situação.

Acho que a transposição é irreversível, porque já está lançada, mas precisamos mitigar todo esse processo enquanto há tempo. Então é nesse sentido que fazemos esse aparte, para uma advertência.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu incorporo o aparte de V. Ex^a. ao meu pronunciamento, porque acho que todos nós concordamos quando o assunto é a revitalização do São Francisco. Alguns falam em integração de bacias, outros falam que a transposição não deveria ter acontecido, mas em uma coisa há unanimidade: investimentos na revitalização do rio precisam ser prioridade, e não vêm sendo. Esta Assembleia tem de chamar a atenção do governo federal para que investimentos sejam feitos na revitalização do São Francisco.

Ouçó, com prazer, o deputado Alex Lima.

O Sr. Alex Lima:- Deputado Adolfo Viana, eu queria também me associar aos diversos parlamentares que, nesta Casa, parabenizam V.Ex^a por esta intervenção, na tarde de hoje.

E dizer, deputado Adolfo, que essa é uma bandeira, como bem disse V.Ex^a, que une governo e oposição. Não poderia deixar de registrar, nesta tarde, a luta desse grande baiano que, já nos primeiros meses de Senado Federal, abraçou essa causa como a grande causa do seu mandato e vem colocando essa discussão em primeiro plano, que é o senador Otto Alencar. Este senador, em poucos meses, traz uma discussão que deveria ter sido tratada ao longo dos anos. E, infelizmente, não tratamos com a devida atenção e com o respeito que merece o nosso Rio São Francisco.

Então, queria parabenizar V.Ex^a pela coragem e pela iniciativa de trazer esse tema para a Assembleia. Acho que é preciso mesmo que se faça alguma coisa, porque

Deus fez o mais difícil, que foi nos contemplar com esse rio maravilhoso que tanto nos serviu e serve aos milhares de baianos nos municípios por onde passa. Acho que é mais do que justo que nós, da Assembleia, estejamos de mãos dadas com o Senado Federal, com o governo federal, com o governo do Estado para que possamos, de fato, fazer uma preservação concreta e real do Rio São Francisco, porque não podemos abrir mão desse bem precioso.

Parabéns a V.Exª pela iniciativa.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Incorporo o aparte de V.Exª, parabenizo V.Exª e, também, o senador Otto Alencar pela iniciativa em defesa do Rio.

Mas sei, também, que essa é uma bandeira dos outros dois senadores, tanto da senadora Lídice, quantodo senador Walter Pinheiro, tenho certeza que entrarão em defesa do Rio São Francisco.

O Sr. Zó:- Um aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- O deputado Zó, que se faz aqui presente. Vou conceder-lhe um aparte. Estamos todos aqui a nos unirmos em defesa do nosso Rio São Francisco. E pedimos mais investimentos na revitalização do São Francisco.

Concedo um aparte ao deputado Zó.

O Sr. Zó:- Queria salientar a reunião que nós participamos em Casa Nova, convocada pela Câmara de Vereadores daquela cidade e que fechamos já aquele acordo. Independente de posição política, nós – os três deputados desta Casa, os vereadores que lá estavam, o prefeito – realizamos uma discussão muito mais ampliada com a participação de todos. Porque, esse problema, agravado agora pela seca, é uma morte anunciada do São Francisco, que a gente já discutia há muito tempo.

Então, quero, com os deputados daquela região, me agrupar nessa luta da Assembleia Legislativa e da Bahia, também, pela revitalização do nosso Rio São Francisco.

O Sr. Eduardo Salles:- Um aparte.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Um aparte

O Sr. ADOLFO VIANA:- Eu incorporo o aparte de V.Exª. Peço a tolerância do presidente só para ouvir o deputado Eduardo Salles e o deputado Sidelvan. Peço que sejam breves; mas o tema, realmente, requer essa atenção da Casa.

Concedo um aparte ao deputado Eduardo Salles.

O Sr. Eduardo Salles:- Deputado Adolfo, primeiro quero parabenizá-lo, como os demais colegas, pela sua ação, pela sua importância. V.Exª é filho da região, é uma pessoa que tem a preocupação, como todos nós, com esse problema gravíssimo.

Deputado Adolfo, eu coaduno com V.Exª em relação a esse grave problema. E ainda digo mais: por que, numa audiência pública, não questionamos a questão da transposição do Rio São Francisco? Eu fiz parte do comitê da Bacia do Rio São Francisco e digo-lhe com tranquilidade, deputado, ninguém aqui quer, de forma alguma, cercear o direito a água para o consumo humano e para a dessedentação animal de nenhum dos nossos irmãos nordestinos, mas irrigar o Ceará, deputado Adolfo, sem dúvida alguma, não tem sentido algum. O Rio hoje está na UTI, e a

gente querer que um paciente na UTI vá doar sangue para poder irrigar o Ceará não tem sentido.

Acho que todos nós temos que levantar e tirar o chapéu para o objetivo do ex-presidente Lula, da presidente Dilma de finalizar e levar a água para o consumo humano. Mas, volto a dizer, deputado Adolfo, estamos todos juntos. Eu já morei na região, não sou filho como V.Ex^a, mas já tive o tempo de morar no Vale do Rio São Francisco e estarei com V.Ex^a, em todos os momentos, nessa luta para que a gente, realmente, consiga efetivar ganhos e ações definitivas. Não adianta ações de solução. Nós temos que realizar ações definitivas para a preservação. Tem a questão dos barrancos, da preservação das matas ciliares, do esgotamento sanitário, dos municípios na beira do Rio, a questão do repovoamento dos peixes nativos da região, enfim, temos muito trabalho para fazer. Acho que, nesta Comissão de Meio Ambiente, da qual participo com V.Ex^a, poderemos, sim, colocar isso como meta maior e trabalharmos arduamente para que saia desta Casa uma proposta definitiva que tenha a cumplicidade dos deputados, mas que tenha também a cumplicidade de toda a população do Vale do São Francisco.

Parabenizo V.Ex^a pela iniciativa.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Quero parabenizá-lo, incorporar o seu aparte ao meu pronunciamento e pedir a tolerância do presidente para conceder o último aparte ao deputado Sildevan Nóbrega(...)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- O tempo de V.Ex^a está esgotado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, em nome do Rio São Francisco, gostaria de ter a tolerância de V.Ex^a para conceder o aparte ao deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Muito obrigado, deputado Adolfo; obrigado, presidente, pela concessão.

Quero parabenizar V.Ex^a (...)

O Sr. ADOLFO VIANA - Deputado Sidelvan, queria interromper V.Ex^a para pedir que seja breve para que o deputado Marcell Moraes possa se manifestar também, com sua tolerância, Sr. Presidente.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado, queria só parabenizar V.Ex^a e dizer que visitamos algumas comunidades ribeirinhas do Rio São Francisco – como a região do Muquém e de Igarorã – e vimos a realidade que aquela comunidade vive. Essa discussão, nesta Casa, tem que ser diária. Temos que cobrar do governo do Estado, do governo federal para que haja o reconhecimento e para que possamos levar esse grito do Rio São Francisco, do povo daquela região, a fim de mostrar que o Rio São Francisco, realmente, está na UTI e precisa sair dela.

Muito obrigado pela concessão do aparte.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Agradeço e incorporo o aparte de V.Ex^a e quero colocar (...)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Caldas):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. ADOLFO VIANA:- (...)que irei, a partir de agora, juntamente a minha assessoria, promover um documento pedindo a realização desta audiência pública.

Como participei da audiência pública, neste final de semana, no município de Casa Nova, ao lado do deputado Zó e do deputado Luciano, promoverei esse documento em nome de nós três para que tenhamos um representante do Governo, um representante da Oposição e assim possamos fazer essa discussão de braços dados, em defesa do Rio São Francisco.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Horário das Lideranças Partidárias.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, peço a V.Ex^a que proceda a uma verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido.

Questão de ordem do deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Gostaria que V.Ex^a desse o tempo regulamentar de 15 minutos para que possamos recompor o quórum ao tempo que convoco, peço encarecidamente a todos os deputados da Base do governo que se façam presentes neste Plenário. Portanto, deputados que estão no cafezinho, nos gabinetes, na biblioteca, fazendo contato nos corredores, existe um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

Gostaria que V.Ex^a marque os 15 minutos, faça soar as campainhas e zere o painel.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a também será atendido.

Solicito que seja zerado o painel e a feita a contagem regressiva de 15 minutos.

Srs. Deputados e deputadas que estão nos corredores, na sala do cafezinho, nos seus gabinetes ou em quaisquer outros lugares deste parlamento, comunico que há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, e solicitamos a presença dos Srs. Deputados em Plenário.

O Sr. Carlos Geilson:- Sr. Presidente, Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro presidente da sessão, deputado Aderbal Caldas, diante de tantos apartes, diante de tantos elogios, fiquei a observar o desempenho do deputado Adolfo Viana no Plenário da Casa, usando a tribuna, falando sobre o Rio São Francisco. O Rio São Francisco que precisa, realmente, de ser revitalizado e é um rio que todos nós brasileiros devemos dar as mãos para preservá-lo.

A transposição do Rio São Francisco, que foi tão defendida pelo Presidente Lula, e aquela sua ênfase na defesa da transposição eu não sei se foi para atender

interesses de empreiteiras, não sei se foi o caso, porque até agora essa transposição, de fato, não se materializou. Então, nós precisamos preservar o nosso Rio São Francisco, é um desafio para todos nós brasileiros, especialmente para nós baianos, esse rio tão bacana, tão bonito, o nosso querido Velho Chico.

Mas, Sr. Presidente, daqui a pouco esta Casa vai apreciar um projeto do Executivo, em que busca tomar de empréstimo 400 milhões de dólares. O dólar já passou de R\$ 4,00, o que mostra que a presidenta Dilma está igual a cego no tiroteio, em termos de economia está completamente perdida. Se ela faliu uma loja, que se comenta, uma loja de R\$1,99, que condição para gerir a economia, gerir esse país ela tem. Mas, a maioria dos brasileiros entendeu que tem, e nós agora estamos passando por esse vexame.

Então, um projeto de US\$ 400 milhões para engordar os cofres do governo do Estado, sem que nós tenhamos a condição e o conhecimento necessário de onde e para onde esse dinheiro será aplicado. US\$ 400 milhões! E o que mais chama a atenção é que os deputados governistas, eles votam sem ter, ao menos, o direito de questionar, sem ter ao menos o direito de debater.

Olhem, senhores, senhoras, vocês que nos assistem no *Canal Assembleia*, são US\$ 400 milhões! O governo Jaques Wagner passou durante o seu período vivendo de empréstimo, e esta Casa, por diversas vezes, lhe deu a chancela para contrair esses empréstimos. Eis que o seu substituto, o governador Rui Costa, segue pela mesma linha, a linha de tomar dinheiro emprestado. Um dia essa corda vai arrebentar, o Estado não vai aguentar viver só de empréstimo e empréstimo, e agora US\$ 400 milhões.

Entendo que aqui nós poderíamos estar agora debatendo desse montante de dinheiro quanto vai para a saúde, para a infraestrutura, quanto vai para a mobilidade urbana no Estado, etc? Mas, os deputados, não sei se envergonhados, não sei se submissos, não sei se temem represálias, preferem não questionar, preferem votar de forma açodada, de forma aleatória um momento tão importante para o debate, para enriquecer o Parlamento baiano. Volto a frisar, são US\$ 400 milhões. Eu li o que diz o projeto, fala, fala, fala, mas não explicita onde o dinheiro será aplicado.

Portanto, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, nós, da Oposição, não fazemos Oposição por sermos Oposição, nós fazemos Oposição para que as coisas fiquem claras, para que a sociedade baiana tome conhecimento da sua profundidade amiúde, onde o dinheiro será, de fato, aplicado.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem. O tempo da questão de ordem dele já se esgotou

O Sr. Carlos Geilson:- Portanto, aqui fica a minha preocupação e o meu chamamento para que os deputados do governo, antes de votarem, não votem como boi que vai ao matadouro, que votem com conhecimento de causa

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do nobre deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, essa questão de ordem, mais uma vez, é para alertar os Srs. Deputados que não se encontram no Plenário que existe um

projeto interessantíssimo aqui, um projeto muito importante que diz respeito à liberação para operação de crédito do governo do Estado da Bahia e, até o momento, temos apenas 18 Srs. Deputados no Plenário. Existe uma questão de ordem, com a qual se pede uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Portanto, Srs. Deputados que se encontram nos gabinetes, no cafezinho, no Serviço Médico ou estão fazendo algumas articulações políticas neste momento, por favor se façam presentes. Faltam apenas 03 Srs. Deputados para que nós possamos recuperar o quórum.

Portanto, Sr. Presidente, é essa a nossa questão de ordem. Mais uma vez nós renovamos o pedido a todos os deputados, principalmente aos da Situação, ressaltando a importância deste projeto, já que existe, neste momento, um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Está chegando a deputada Maria del Carmem, 19, 20, falta apenas um deputado para recuperarmos o quórum desta sessão. Os Sr. Deputados que se encontram na Casa, mas não estão no Plenário, por gentileza se apressem e se façam presentes, já que existe um pedido de verificação de quórum.

Srs. Deputados que se encontram no cafezinho, nos gabinetes, existe um pedido aqui de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Falta apenas um único parlamentar para que possamos recuperar o quórum de continuidade da sessão. (Pausa)

Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Há número para a continuidade da presente sessão.

Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao nobre Líder do governo e da Maioria ou ao do Bloco Parlamentar PP/PSL/PSB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Não há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Augusto Castro:- Falará por 11 minutos, Sr. Presidente, o nobre representante de Feira de Santana deputado Carlos Geilson.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra pelo tempo de 11 minutos o nobre deputado, conhecido como patativa de Feira de Santana, Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, subo a esta tribuna preocupado com a posição do governo do Estado da Bahia, que insiste em discriminar Feira de Santana, usando dois pesos e duas medidas. Trago exemplos, dados, para provar que o governo é generoso de um lado e muito cruel do outro.

Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, Feira de Santana mais uma vez sente o ar de desprezo do governo do Estado em relação à conclusão de um equipamento muito importante para a nossa região, a conclusão do Centro de Convenções. Pasmem, senhores, eu disse quase nove anos.

O governo da Bahia acaba de assinar uma ordem de serviço para uma reforma emergencial do Centro de Convenções de Salvador, tudo bem, parabéns, no valor de cinco milhões e 300 mil reais. Já está anunciada uma licitação para a climatização do segundo e terceiro pavimentos, estimada em nove milhões.”

Tudo bem, correto. Precisa climatizar. As pessoas que vão frequentar o Centro de Convenções precisam de conforto. O verão vem aí. (Lê) “Ou seja, serão investidos cerca de 14 milhões de reais no centro de convenções de Salvador. Justíssimo, afinal a capital não pode prescindir dessa obra, principalmente sendo Salvador uma cidade turística como é.”

Minha cara deputada Maria del Carmen, (Lê) “Recentemente, o governo do estado anunciou um investimento de quase R\$13 milhões na compra do Teatro Jorge Amado, também em Salvador, que estava sob a ameaça de fechar. Parabéns ao governo, agiu certo. Também justíssimo que a capital mantenha o teatro, principalmente por fazer uma homenagem a um dos filhos mais ilustres desta terra, conhecido internacionalmente.

Sr^{as} e Srs. Deputados e Feira de Santana, a segunda maior cidade do Estado, o maior entroncamento rodoviário do Norte e Nordeste, um pólo comercial, industrial, educacional e de saúde como poucos no Brasil, não merece ter seu Centro de Convenções? Merece. Quem quiser provar o quanto Feira carece de um equipamento desses é só tentar conseguir um auditório na cidade para um evento. É um Deus nos acuda, um corre-corre. Vai encontrar dificuldade, não só porque são poucos e pequenos, mas também porque há um volume muito grande de acontecimentos de negócios no município. Quem entende, sabe: Feira de Santana é extremamente propícia ao turismo de negócios e só não deslanchou ainda por falta de um equipamento apropriado, meu caro deputado Fábio Souto.

Minha querida deputada Luiza Costa Maia, de Camaçari, que está feliz da vida com a união de Elinaldo e Tude, volto a fazer um apelo ao governador Rui Costa, como tantos fiz ao governador Jacques Wagner: Cansei de subir a esta tribuna e pedir pelo amor de Deus ao governador Wagner que construísse o Centro de Convenções em Feira de Santana que ele mesmo paralisou as obras. Obras que foram iniciadas na última gestão de Paulo Souto e que o governador interrompeu. (Lê) “Se o senhor acha que Feira de Santana é realmente uma cidade desenvolvida, termine de uma vez por todas o Centro de Convenções. Tenha o mesmo empenho que o governo está tendo em Salvador, disposto a salvar o teatro Jorge Amado, a recuperar o Centro de Convenções existente e, além disso, prometendo construir outro na Cidade Baixa”.

É lamentável sob todos os aspectos. Vivo a me perguntar o porquê desse desamor e descaso com Feira de Santana. E olha que Feira de Santana sempre foi generosa com o governador Jaques Wagner, foi generosa agora com o governador Rui Costa, ambos venceram as eleições em Feira de Santana. O que na prática nós estamos observando é a falta de amor, de carinho e de atenção para uma cidade que sempre foi beneplácita, sempre foi carinhosa com esses governadores.

E o que chama a atenção também é que as obras quando são feitas, são entregues ainda inacabadas. Fez-se a Av. Noide Cerqueira. Ela foi entregue há mais de

um ano sem o entroncamento com a BR 324. Se você utiliza a Av. Noide Cerqueira no sentido BR, tem que voltar novamente para o centro da cidade para fazer contorno e voltar pela BR 324, ou seja, para você ter acesso apenas chegando em Feira, mas saindo de Feira para Salvador, Noide Cerqueira não lhe dá comodidade, não dá o entrocamento com a BR 324.

Depois de tantas queixas, depois de tantas reclamações, o governo colocou um trator que passa o dia remexendo a terra, o trator remexe a terra o dia todo e nada de viaduto interligando a Noide Cerqueira a BR 342.

Não é de se estranhar, não é fato novo não. Esse governo é o governo da maquiagem, é o governo do marketing, e há que se reconhecer que é um marketing muito bem elaborado que visa ludibriar os mais incautos, que visa enganar aquelas pessoas na sua boa fé. Esse governo é bom de marketing. Tem uma boa estrutura para entrar na sua casa e vender um produto que não é verdade.

Agora faz a propaganda do aeroporto em Feira de Santana. Meu Deus do céu, apenas um voo diário e já se fala que esse voo será apenas semanal e aos domingos. Afinal de contas, o povo de Feira de Santana merece respeito. A nossa região merece a atenção do governo do Estado. O aeroporto de Feira de Santana está sendo usado agora em propaganda sistemática. É aquela história, você prega uma mentira e a mentira, Sandro Régis, repetida tantas e tantas vezes você mesmo começa a acreditar na sua própria mentira. É isso que acontece com o governo do estado em Feira de Santana.

Nós temos um centro de convenções, está paralisado e eu pergunto por quê? O que é que houve? O que foi que Feira de Santana fez de tão ruim, o que Feira de Santana fez de tão mal a essa gente se nas urnas a cidade foi tão generosa?

O nosso aeroporto é um verdadeiro puxadinho, as pessoas ficam mal acomodadas. O meu caro deputado Givaldo, Gika, que tem comércio em Feira de Santana e que anda naquelas bandas, sabe perfeitamente que o que estou dizendo é a mais pura verdade. O governo precisa ser mais atencioso, mais cuidadoso, mais zeloso, com Feira de Santana.

Portanto, aqui fica o meu apelo, fica o meu desabafo. Uma cidade que tem um Líder do governo que se diz o segundo governador do Estado da Bahia e que a todo instante quer mandar, usa as emissoras de rádio a toda hora para falar disso, daquilo, e, na verdade, temos lá o Parque da Lagoa, uma obra que na eleição passada, na campanha para prefeito as máquinas foram apresentadas e só agora é que a obra está evoluindo e que deve ser concluído ainda no próximo ano.

Portanto, Sr^{as} e Srs. Deputados, Feira de Santana reclama, será que essa má vontade com Feira de Santana é porque o prefeito não é aliado do governo? Onde está aquela fama republicana tão cantada e decantada, tão divulgada? E na prática de republicanismo nós não temos é nada, temos é a crueldade e a dureza desse governo que leva de Feira de Santana o seu melhor, os votos, a atenção dos feirenses tão generosos nas urnas, mas, na prática, o governo não devolve o que Feira tem direito, o que Feira merece que é o seu centro de convenções, que é o seu aeroporto funcionando em plenitude, que é o seu hospital regional, que é a maternidade pública

estadual.

Mais uma vez o meu apelo e meu clamor: Rui Costa, olhe para Feira de Santana...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- (...) e não vire as costas para essa cidade.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB/PR para falar ou indicar o orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Vai falar por todo o tempo Sr. Presidente, o deputado de Vitória da Conquista, ex-prefeito e talvez futuro prefeito Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre deputado e professor Zé Raimundo. Estamos todos atentos a sua brilhante oratória.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, colegas deputados, deputadas, Imprensa, os que nos ouvem e assistem nos gabinetes, corpo técnico administrativo desta Casa.

Sr. Presidente, trago para este breve pronunciamento algumas breves intervenções sobre alguns temas. Início parabenizando os amigos e companheiros de Tanhaçu, que comemoraram ontem mais um aniversário daquela bela cidade: 54 anos de emancipação política. Cumprimento o amigo e vice-prefeito Galego, o vereador Felipe Aguiar, o companheiro José Trindade, Sidnei Santana, Iraí Dias e Carlinhos, desejando progresso àquela cidade progressista, situada no início da Chapada, e que vem recebendo muitas obras do governador Rui Costa.

Quero dizer, também, Sr. Presidente, que o projeto que iremos votar logo mais, enviado pelo governador Rui Costa para esta Casa, visa angariar empréstimo externo. Ele segue o padrão internacional, um padrão de autorização do Poder Legislativo, que, seguindo as normativas do Tesouro Nacional, apresenta uma Carta Consulta com os grandes temas, com os grandes objetos de intervenção do governo do Estado.

Portanto, não há o que se levantar, e vai ser o tema do nosso debate o fato de tratar-se de um cheque em branco, porque nem cheque é, mas sim um programa de trabalho que vai ser apreciado pelos organismos financiadores, e no momento exato o governo do Estado vai prestar os esclarecimentos técnicos de planejamento, os indicadores socioeconômicos, que são naturalmente exigências internacionais.

Então, por isso, nós estamos muito tranquilos, porque o próprio projeto de lei 21. 449/2015 já traz um escopo, um desenho, já traz os contornos dos programas do governo federal. Mas é claro que, se a Oposição, no seu direito democrático legítimo, quiser obstruir, vamos varar a noite aqui, ficaremos até 3h, 4h da manhã, não tem problema nenhum. Mas esse empréstimo é importante. Aliás, todos os governadores estão correndo a Brasília. Inclusive, os governadores que fazem oposição a presidenta Dilma, estão, também, lá com seus projetos de lei, buscando recursos.

E, nesse momento, a inteligência política recomenda que possamos dotar os estados de uma capacidade de ação econômica, de equilíbrio de suas contas; porque,

independente de questões eleitorais, o que está em jogo é a Nação brasileira, é o País.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar dos nossos técnicos que cuidam da transcrição que transcrevam o artigo já conhecido, pois foi comentado no Brasil inteiro, *Judicatura e Dever de Recato*, de autoria do ministro Ricardo Lewandowski, e também, na ordem seguinte, a nota nacional da OAB sobre o comportamento do ministro Gilmar Mendes. São duas manifestações que trazem elementos para a reflexão da atual crise política, da atual situação da conjuntura nacional. Digo isso porque a nota da OAB se refere à interpretação que o Supremo Tribunal Federal tomou com relação à interpretação da questão do financiamento privado de campanha. Ali está um dos problemas, a raiz da atual crise política que levou a tal Operação Lava Jato, e o que o ministro solicita é que o Judiciário se comporte enquanto uma instituição neutra, julgadora. Quem somos nós, deputados, para falar dos outros poderes? Da mesma forma que exigimos independência e autonomia para o Legislativo, respeitamos a autonomia dos outros poderes. Mas é elementar até aos olhos de uma criança da pré-escola. Se mostrarem que isto aqui é um jogador de futebol, este aqui é um artista, este é um padre, este é um pastor e este é um juiz do Supremo Tribunal, qualquer criança da pré-escola imagina e sabe que um juiz do Supremo Tribunal deve ter atitudes, gestos e o cuidado com o que fala.

Não quero, com isso, dizer que as outras funções não tenham cuidado com o que falam, pelo contrário, todos nós devemos ter esse cuidado, porque a palavra, uma vez pronunciada, não pertence ao autor da fala. Ela vai para os meandros do juízo de cada um e aí vira uma tremenda arma para facilitar ou piorar o entendimento humano. E aqui está dito que o juiz tem que ser calmo, sereno, examinar, em vez de se tornar, por exemplo, um comentarista de futebol.

Aliás, tenho ouvido os comentaristas de Salvador, nos programas esportivos de rádio, que só falam do Bahia e do Vitória, mais do que isso, todo dia os comentaristas arranjam uma culpa. Mesmo quando o Vitória e o Bahia estão lá em terceiro, quarto lugar, bem colocados, o técnico não presta, o atacante não presta, o meio de campo não presta. A cada dia, é um comentário que não quer alimentar um juízo crítico, mas apenas a inquietação do torcedor e ganhar audiência.

Mas um juiz de um tribunal, de um Órgão, qualquer que seja a sua instância, tem que ter o cuidado. Essas duas peças, tanto o artigo do presidente do Supremo Tribunal Federal como também a nota da OAB, colocam essa questão e trazem o problema do financiamento privado da campanha, ou seja, o tribunal é impedido. Vamos ainda ver o desfecho final, o que vai acontecer, se a presidente veta ou não.

Nesse mesmo momento, os jornais do mundo inteiro estão dizendo que o presidente da Volkswagen promoveu uma verdadeira ação criminosa, falsificando os indicadores da emissão de gases por aquela empresa, por seus motores, de suas máquinas.

Aliás, a corrupção é filha, irmã, tia, neta, avó, pai e mãe do capitalismo, do sistema privado. Inclusive, nobre deputado Paulo Rangel, quem assassinou Delmiro Gouveia foi o imperialismo americano/inglês. Veio aqui, tentou corromper os empresários, os representantes de Delmiro Gouveia, não conseguindo, mandou

assassinar Delmiro Gouveia. O imperialismo mundial. Isso está na literatura econômica. Há uma passagem do Lênin, no livro, ele citando Joan Robinson, salvo engano, ele diz: “O cartel das empresas de energia reduziram a vida das lâmpadas”. O que os cartéis fizeram ao longo do final do século XIX, início do século XX: patrocinaram guerras.

Então a corrupção está no coração, ela é a alma do capitalismo.

Por isso, eis a necessidade da regulação por parte do Estado. Por isso, as leis americanas foram implantadas a partir dos anos 1930 a 1940 para disciplinar e controlar o tal apetite animal do mercado.

Senhoras e senhores, deputados e deputadas, os que nos ouvem através da *TV Assembleia*, só nos resta uma possibilidade neste contexto de crise, qual seja, é este Poder Legislativo e os partidos democráticos assumirem, efetivamente, um horizonte de reformas políticas e institucionais, melhorando os mecanismos da democracia, dando aos partidos, efetivamente, o seu papel de mediador entre a sociedade e o Estado e dando aos partidos a condição de atuarem enquanto convencedores ou agentes de convencimento da opinião pública.

Por isso, não cabe, em nenhuma hipótese, este alarido que estamos vendo por aí por alguns opositores ao querer ou, pior, aventar a possibilidade de cassação da presidenta Dilma Rousseff, mesmo porque, na democracia, o dever sagrado do governante é garantir os direitos fundamentais do cidadão: segurança, liberdade, direito à propriedade. E nem mesmo um desses direitos está sendo ameaçado pela nossa presidenta Dilma Rousseff. Se há o contencioso do modelo econômico, vamos discutir.

Quantos e quantos dirigentes governantes prometem e não conseguem realizar?
Mas este é outro debate.

Se Deus quiser, sairemos desta crise mais fortes e mais vencedores.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Aderbal Fulco Caldas):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao Líder do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falará, por todo o tempo, o deputado Marcell Moraes, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o deputado Marcell Moraes pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. MARCELL MORAES:- Muito boa-tarde, Sr. Presidente e colegas deputados.

Um dos assuntos que venho abordar é sobre a nossa querida e belíssima Vitória da Conquista, tão bem representada por Herzem Gusmão, Fabrício Falcão e Zé Raimundo.

Quero dizer, Sr. Presidente, da minha preocupação com aquela cidade que conta com uma bancada de 3 deputados aqui na Assembleia. Mas considero a bancada de 4 deputados contabilizando comigo, mesmo não tendo uma votação tão expressiva

lá; mas tive mil votos. Vitória da Conquista é uma cidade pela qual tenho grande carinho e admiração.

Preocupa-me o Aeroporto de Vitória da Conquista. Constantemente, os voos estão sendo cancelados a partir daquela cidade. A previsão já passou. A cidade solicita que funcione, de imediato, este tão famoso Aeroporto de Vitória da Conquista.

Mas este não é o maior problema daquela cidade. Há o rio Caculé com a barragem sem licitação, e o rio Verruga.

Da última vez em que estive em Vitória da Conquista... Há 20 anos, o rio está poluído e não há nenhum programa de revitalização para o rio Verruga. É preciso que a sociedade se conscientize e cobre dos governantes de Vitória da Conquista uma solução para os problemas. Deputada Fabíola Mansur, V.Ex^a esteve lá comigo em audiência pública. O rio Verruga continua a mesma coisa.

Precisamos acordar!

O deputado Adolfo Viana foi muito feliz quando falou sobre o rio São Francisco aqui.

Vejam bem, há 50 anos caiu uma embarcação, deputado Adolfo Viana, no rio Tâmbisa, em Londres. E as pessoas que estavam dentro da embarcação morrerem, mas não morreram afogadas, deputado Luciano, morreram pela contaminação existente no rio Tâmbisa, em Londres. Acontece que o rio Tâmbisa é a maior atração de Londres, mesmo depois de 50 anos. Dá salmão no rio.

Aqui não! Aqui, existe o rio Cascão, no Imbuí; o rio Seixas.

Indo para Vitória da Conquista, há o rio Caculé, sem licitação; e o rio Verruga que não tem nenhum plano de revitalização.

Então, faço aqui um apelo ao governador do Estado, através dos deputados representantes ligados ao governo, para que levem este recado, porque a nossa Vitória da Conquista, terceira maior cidade do País, não pode ficar na situação em que está. É UPA fechada. É a cidade onde tem maior criminalidade na Bahia. É a cidade onde a ampliação do Hospital de Base não sai. E há mais inúmeras irregularidades existentes nesta cidade.

Então, este é um apelo.

Espero que os governantes da cidade de Vitória da Conquista e os seus deputados levem este apelo ao governador Rui Costa para que possamos, o quanto antes, salvar a nossa querida cidade. Deputado Herzem, há 20 anos, esta cidade é administrada pelo PT.

Outro assunto que venho falar aqui hoje – e não poderia deixar de registrar – é sobre este empréstimo. São US\$ 400 milhões que esta Assembleia Legislativa pode votar a favor hoje. São US\$ 400 milhões! Isso mesmo! São US\$ 400 milhões ou R\$ 1,6 bilhão! Veja, deputada Luiza Maia, mais de R\$ 1 bilhão de empréstimo votaremos aqui hoje.

Observem bem, Sr. Presidente, vejam bem, colegas deputados, são US\$ 400 milhões que votaremos aqui hoje ou R\$ 1,6 bilhão, deputado Bira. São US\$ 400 milhões equivalentes a R\$ 1,6 bilhão. Exatamente isso!

Quero afirmar, aqui, deputado Luciano Ribeiro, que este empréstimo deve ser

bem explicado. Votaremos aqui este empréstimo e com voto favorável da Bancada do governo. A sociedade precisa saber e precisa entender para onde este dinheiro vai!

Eu não estou aqui afirmando que terá irregularidade. Mas quero, deputado Gika, mostrar para a sociedade onde estará destinado este dinheiro. Afinal de contas, são US\$ 400 milhões! É preciso que o governo refaça o projeto, deputado Bobô, e apresente à Casa dizendo para onde este recurso vai e não assinar um cheque em branco para o governo do Estado da Bahia. E há o pior: os próprios deputados da Base do governo não sabem para onde está indo.

Lastimavelmente, estamos no século XXI, estamos em 2015 e estamos assinando um cheque em branco para o governador do Estado da Bahia gastar e sem dizer onde serão empregados estes US\$ 400 milhões.

O meu repúdio está aqui! Este é um apelo que faço aos deputados governistas a fim de eles esclarecerem ao povo da Bahia onde serão empregados tal montante de dinheiro. Os deputados bem votados em todo o Estado da Bahia devem esclarecer ao povo para onde estão indo esses US\$ 400 milhões ou R\$ 1,6 bilhão!

Este o questionamento que eu faço, deputado Adolfo, para, nessa tarde, hoje, alertarmos a sociedade baiana, pois é inadmissível votarmos este projeto no escuro. Eu desafio aqui, deputado Luiz Henrique, que V.Ex^a venha a esta tribuna para explicar onde serão empregados estes US\$ 400 milhões ou R\$ 1,6 bilhão!

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELL MORAES:- Com um aparte, o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Marcell Moraes, eu queria parabenizar V.Ex^a. Existem pessoas que pensam que V.Ex^a só vira bicho para defender os animais. Eu sei que, para defender os animais, V.Ex^a vira bicho. Para defender aos interesses do Estado da Bahia, V.Ex^a, hoje, age como um dos grandes parlamentares que esta Casa tem. Quero parabenizar V.Ex^a pelo belíssimo pronunciamento que faz na tarde de hoje.

É, realmente, lamentável ver um Poder Legislativo que tem como obrigação fiscalizar o Poder Executivo, na tarde de hoje, ter a intenção de, justamente, abrir mão das suas prerrogativas para servir, ceder, fazer a vontade do Executivo em detrimento da sua obrigação.

Ainda bem que nós fazemos parte desta aguerrida Bancada da Oposição. Nós, hoje, já estamos em processo de obstrução, porque, justamente, não compactuamos com esta imoralidade. Dar um cheque de US\$ 400 milhões ou R\$ 1,6 bilhão para o Poder Executivo sem sequer saber onde serão aplicados esses recursos? Tudo isso acontece no momento em que o Estado da Bahia é carente em várias áreas diferentes. Aí, cito: a segurança pública, a saúde, a questão de infraestrutura.

E, aí, a base governista vem, na ânsia de servir, de agradar ao Executivo, não servir, subservir, pois este é papel de uma Bancada subserviente.

Quero solicitar mais uma vez que o Líder do governo faça uma reflexão e tente compreender de uma vez por todas que a Constituição Federal é muito clara, os Poderes devem conviver em harmonia, são independentes e devem conviver em harmonia. Aqui estamos convivendo em harmonia, mas independência a Base

governista mostra que realmente não existe e está aqui a serviço do atual governo.

Parabéns a V.Ex^a que tem cumprido o seu mandato como manda o figurino. É isso que os seus eleitores esperam.

O Sr. MARCELL MORAES:- Obrigado, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Luciano Simões Filho:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. MARCELL MORAES:- Deputado Luciano Simões Filho com o aparte.

O Sr. Luciano Simões Filho:- Parabéns, deputado estadual Marcell Moraes, que usa toda a habilidade que aprendeu na Câmara de Vereadores do município de Salvador, fazendo um mandato de destaque e com grande brilhantismo.

Corroborando com o discurso de V.Ex^a, chamo a atenção de uma atitude do governo do Estado que boicota a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia. A Bancada do governo, propositadamente, não dá presença para que não haja quórum numa das comissões que vejo como das mais importantes do Parlamento baiano, um local de debate das questões ligadas à seca, recursos hídricos e meio ambiente do nosso Estado. Esse era o palanque das grandes discussões, mas a Base do governo do PT não faz por onde e não dá quórum para as discussões no nosso Estado.

Deixo aqui o meu repúdio ao governo do PT nesse sentido.

O Sr. MARCELL MORAES:- Deputado Luciano Simões Filho, eu ia deixar para o final; V.Ex^a foi muito feliz nas suas palavras.

Nobres Líderes da Oposição e do governo, farei um apelo. Fui eleito democraticamente como presidente da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos e há um mês e meio não tem sessão.

Eu, deputado Fábio Souto, deputado Luciano Simões Filho, deputado Adolfo Viana constantemente estamos na comissão registrando presença, e sempre falta um para abrir. A Bancada do governo, deputada Luiza Maia, não está frequentando a Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos. Mas será que tudo que funciona na Bahia o governo quer travar? Na Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, levamos assuntos importantes sobre o meio ambiente, os animais, seca, recursos hídricos. É para isso que foram eleitos, deputado Sandro Régis, para não irem nas reuniões da comissão? Para boicotar, para tentar calar.

Faço um apelo para que apareçam na próxima quarta-feira e deem quórum na Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos, pois está sendo uma vergonha, sempre com a presença dos deputados da Oposição, e a ausência dos deputados do governo.

O Sr. Fábio Souto:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Para concluir, nobre deputado.

O Sr. MARCELL MORAES:- Deputado, o senhor foi tolerante com os demais deputados. Com o aparte o deputado Fábio Souto, com a sua tolerância, presidente, em nome da Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos.

O Sr. Fábio Souto:- Gostaria de corroborar a afirmação de V.Ex^a. Já são cinco sessões da Comissão de Meio Ambiente, e assuntos importantes que foram colocados aqui pelo deputado Adolfo Viana, a questão do São Francisco, o Lago Sobradinho,

que está com 9% da sua capacidade, o Rio São Francisco, patrimônio do Estado da Bahia, que se encontra numa verdadeira situação de destruição. Infelizmente, presidente Marcell Moraes, já tem seis sessões que não conseguimos, efetivamente...

O Sr. MARCELL MORAES:- Para concluir, deputado, agradeço.

Quero fazer um apelo para que possamos, deputada Luiza Maia, representante de Camaçari, V. Ex^a vai mostrar ao povo de Camaçari que votamos um projeto claro, e não assinar um cheque em branco para governador. É isso que a população de Camaçari espera da senhora e de cada deputado aqui presente. Não vamos votar um projeto que não sabemos, não vamos assinar um cheque em branco de 400 milhões de dólares.

Obrigado pela tolerância.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Com a palavra o nobre Líder da Maioria...

Questão de ordem, deputado Adolfo Viana?

O Sr. Adolfo Viana:- Pedi questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu vejo, nesta Casa, assuntos dos mais diversos sendo debatidos. Eu falei sobre a questão do rio São Francisco. Há um projeto de US\$ 400 milhões para ser apreciado...

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, onde está a questão de ordem?

O Sr. Adolfo Viana:- (...) hoje por esta Casa. O deputado...

A Sr^a Luiza Maia:- Isso não é uma questão de ordem, Sr. Presidente. É um discurso!

O Sr. Bira Corôa:- Eu gostaria de invocar o Regimento Interno!

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Bira Corôa! Deputado Bira Corôa, estou formulando a minha questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Temos que cumprir o Regimento Interno.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a garantisse a minha questão de ordem.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, ele tem que respeitar o companheiro que está falando!

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Conclua, por favor, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Quem está impedindo ele de falar é V.Ex^a, deputado!

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu agradeço a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- É o seu colega que está impedindo V.Ex^a de falar.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu agradeço a V.Ex^a, Sr. Presidente.

Existem temas, aqui, dos mais variados sendo debatidos pelos colegas deputados, nesta Casa Legislativa. Há um projeto de um empréstimo de U\$ 400 milhões.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Importante para o governo!

O Sr. Adolfo Viana:- O deputado Rosemberg Pinto fala que é importante para o governo. Imagino eu que seja importante para o governo esse empréstimo, e acho que nós, na condição de parlamentares desta Casa, devemos, justamente, saber onde serão aplicados esses recursos, que não são poucos.

A Sr^a Luiza Maia:- Isso não é uma questão de ordem, não!

O Sr. Adolfo Viana:- É um montante grande. Acho que temos de ter a responsabilidade...

O Sr. Paulo Rangel:- Isso não é discussão, Sr. Presidente, é um discurso.

A Sr^a Luiza Maia:- Isso não é discurso!

O Sr. Adolfo Viana:- Eu quero que V.Ex^a me faça...

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente!

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu gostaria que V.Ex^a fizesse uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, justamente para que os parlamentares que não se encontram presentes neste Plenário...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- (...) se façam presentes, para que a gente possa discutir exatamente onde serão aplicados esses recursos. Eu já solicitei...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Adolfo Viana:- Calma, Sr. Presidente, deixe eu concluir a minha questão de ordem. Eu tenho mais 3 minutos, e gostaria da tolerância de V.Ex^a.

Eu já pedi ao Líder do governo, deputado Zé Neto, que peça as explicações ao Poder Executivo. Onde irá...

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Por favor conclua a questão de ordem, deputado.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Como, Sr. Presidente? Ele ainda tem 3 minutos.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, com a sua tolerância. O Regimento Interno me garante 5 minutos, e, inclusive, o meu tempo foi apagado no painel – eu tinha mais 3 minutos –, mas, em deferência à amizade e ao respeito que tenho a V.Ex^a, não pedirei que V.Ex^a reveja o meu tempo. Encerrarei a minha fala, solicitando que V.Ex^a proceda a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- Questão de ordem do nobre deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, gostaria, neste momento, de pedir encarecidamente aos deputados da Base do governo que se façam presentes, o mais rápido possível, para que possamos fazer a recomposição do quórum.

Peço a V.Ex^a, portanto, que zere o painel e faça soar as campainhas.

Portanto, comunico a todos os deputados que estão cafezinho ou nos gabinetes que existe uma questão de ordem em que se pede verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Peço a todos que marquem as suas presenças neste momento.

O Sr. PRESIDENTE (Aderbal Fulco Caldas):- V.Ex^a também será atendido, nobre deputado.

Solicito que o painel seja zerado e que o tempo regimental de 15 minutos seja marcado.

Srs. Deputados e Sr^{as}. Deputadas que estão na sala do cafezinho, nos corredores ou em quaisquer outros lugares deste Parlamento, comunico que há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão. Portanto, é necessária a presença dos Srs. Deputados no Plenário.

O Sr. Zó:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo Viana, V.Ex^a solicitou questão de ordem?

O Sr. Zó:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados, se atenham a questão de ordem. Ninguém, está fazendo questão de ordem! Os 15 minutos já foram marcados. Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da sessão.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Presidente, eu estou preocupado porque acho que os nobres deputados da Oposição aqui estão questionando a aplicação...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não. Deputado Rosemberg, com todo o respeito, existe um orador na tribuna. É um desrespeito.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputados, sem tumulto. Já há uma oradora na tribuna. E já existe número para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 6 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Silêncio, por favor.

Pois é, presidente. Inicialmente vou dar a resposta aqui aos que não sabem para que é o dinheiro. Está aqui escrita, para quem quiser ler, a mensagem do governador.

Estão ouvindo? Escutem aí: (Lê) “*Empréstimo para Desenvolvimento de Políticas Públicas, destinadas ao financiamento do Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia, PROINCLUSÃO, e ao pagamento da dívida interna com a União.*”

(Muito barulho no Plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Srs. Deputados!

Deputada Luiza Maia, um minuto.

Srs. Deputados, tem uma oradora na tribuna.

A Sr^a. LUIZA MAIA:- Tenham educação! Gente! Coisa feia! As pessoas saem daqui falando que a gente não tem educação. Que um tá falando e os outros, gritando.

(Lê) “O presente financiamento vai fortalecer *'programas estruturantes relativos ao esforço da inclusão social e produtiva, ao desenvolvimento de infraestrutura social, físico e institucional para o crescimento sustentável e ao fortalecimento do planejamento e gestão do setor público em apoio ao Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia 3ª etapa - PROINCLUSÃO III.'*”

Então, já está respondida esta questão.

Quero dizer também, Sr. Presidente, que os movimentos feministas e os movimentos de mulheres deste Brasil não assistiram de braços cruzados à campanha machista e desrespeitosa feita pelo *Bob's* para o *Rock in Rio*. Nós denunciemos, reagimos! E quero aproveitar este momento na tribuna, onde se discute e se faz tanta confusão em função da votação de projetos de deputados, para pedir a esta Casa apoio ao meu Projeto de Lei nº 20.628/2013, que proíbe o uso de imagens sexuais ou pornográficas que explorem o corpo da mulher como atrativo na publicidade aqui na Bahia.

Eu acho que o momento é importante. Ainda bem que os movimentos feministas, os movimentos de mulheres no Brasil reagiram e denunciaram o absurdo daquela propaganda do *Bob's* que dizia “*Não azare a mulher e muito menos o sanduíche dos outros*”. Mais uma vez a mulher é objetificada na propaganda como algo consumível, produto pertencente ao homem, e ainda se faz a comparação do gênero com a comida. Então é uma coisa absurda. Por isso, volto a discutir esta questão da aprovação dos projetos de deputados, que precisam vir a esta tribuna, como estou fazendo agora, apresentar e fazer a defesa das suas propostas, e não fazer acordo entre os Líderes da Oposição e do governo, porque acho que não cabe, não comporta. Já disse isso a alguns parlamentares oposicionistas.

Quero, portanto, pedir mais uma vez que o meu projeto, que acabei de ler o número... E não estamos legislando sobre propaganda comercial, como alguns que já estão articulando contra a aprovação dele estão dizendo. Nós estamos pedindo a regulamentação do Art. 282 da nossa Constituição Estadual - e toda vez que eu tiver oportunidade vou fazer a leitura aqui desta tribuna -, que diz que “*O Estado garantirá, perante a sociedade, a imagem social da mulher como mãe, trabalhadora e cidadã em igualdade de condições com o homem, objetivando:*

I- impedir a veiculação de mensagens que atentem contra a dignidade da mulher; reforçando a discriminação sexual ou racial;”

Então, quero daqui deixar registrado, deputada Fabíola Mansur, o nosso repúdio à empresa *Bob's* quando faz aquela propaganda agressiva e desrespeitosa à mulher. E mais uma vez vou pedir a esta Casa que nos ajude na aprovação, no debate, primeiro, nas Comissões, para que se evite essa história de dispensa de formalidades. O projeto precisa ser debatido, e precisamos sensibilizar, inclusive, aos machistas, que já estão fazendo piadinhas comigo, dizendo que estou querendo impedi-los de ver as meninas daquele jeito que elas se vestem e dançam, ou como se postam nas

propagandas.

É necessário trazer para o Plenário os projetos de deputados depois deles tramitarem em todas as Comissões. Acho que é importante se dispensar formalidades só em um projeto tido como de urgência, a pedido do governador. Acho que os projetos dos deputados precisam ter a tramitação regular. O deputado faz a sua defesa e nós fazemos o debate, não com esse açodamento de dispensa de formalidades e dar o poder ao Líder do governo e ao Líder da Oposição de decidirem o que se vai aprovar ou o que eles dispensam as formalidades ou não.

Com o aparte a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a Fabíola Mansur:- Deputada Luiza, só para dizer que a Comissão da Mulher apoia inteiramente a aprovação do seu projeto e se associa às suas palavras para que ele tramite em regime mais célere, para que venhamos coibir esses atos que são uma apologia à pornografia. Nesse sentido, não vejo qualquer deputado da Oposição dizer que fere os direitos das crianças se coibir esse tipo de propaganda perniciosa às mulheres.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, todos os deputados que aqui falaram, inclusive os da Oposição...

O Sr. Paulo Rangel:- Mas está errado, deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Está errado, mas não se pode ter dois pesos e duas medidas. Essa perseguição acontece quando estou aqui, na tribuna, e eu vou falar pelo tempo necessário, como todos fizeram aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Está bem, deputada. Deputada Luiza Maia, continue. Depois ninguém reclame, já que ninguém obedece a nada na Casa. Fica difícil.

A Sr^a LUIZA MAIA:- V.Ex^a não estava presidindo a sessão, mas já vimos aqui 15 minutos a mais para o deputado Adolfo Viana, e não sei mais quantos para o deputado Marcell. Não pode ser dessa forma. Eu ainda tenho alguma coisa a falar. Quero agradecer pelo aparte à... Eu não estou desrespeitando nada. Por que essa confusão é só quando eu estou aqui?

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputada Luiza Maia, o projeto de V.Ex^a precisa ser discutido e apreciado pelos parlamentares. É um projeto pelo qual V.Ex^a não quer que as mulheres sejam expostas, e precisa ser discutido pela Casa.

Também...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Adolfo Viana:- (...) acho que V.Ex^a está certa. Quem tiver projeto para ser apreciado tem que trazê-lo ao Plenário, até para defender o seu ponto de vista.

Agora, só não consegui entender quando V.Ex^a disse que iria subir à tribuna para dizer onde o governo vai aplicar os US\$ 400 milhões. Não consegui entender...

A Sr^a LUIZA MAIA:- Uma pena que V.Ex^a saiu e não ouviu. Já falei, já expliquei direito. Está muito claro. Leia a mensagem do governador que V.Ex^a entenderá.

Sr. Presidente, terminarei o meu discurso registrando o meu repúdio, porque os

outros deputados que falaram não foram questionados nem pressionados e não tiveram seus tempos cortados. Ouviu, deputado Paulo Rangel?

Então, os 6 minutos do deputado Sargento Isidório estão garantidos.

Muito obrigada. (Palmas.)

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Sargento Isidório, pelo tempo restante.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Hoje os deputados estão ansiosos, criando tumulto desnecessariamente.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- *“Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará. Iremos ao Senhor, Ele é o nosso Deus, nosso refúgio, a nossa fortaleza e nele confiaremos. Ele nos livrará do laço do passarineiro e da peste perniciosa.”*

Paz, por favor! Senhor, põe seus anjos aqui! Senhor, põe seus anjos aqui! Aleluia! Que haja paz nesta Casa!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, lamentavelmente o tempo ficou curto por causa do debate acalorado. Só tenho 2 minutos para fazer o meu pronunciamento. Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex^a recompusesse o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Pastor Sargento Isidório, nem a palavra de Deus, com a qual V.Ex^a abriu seu discurso, acalmou os Srs. Deputados. Vamos ver se agora V.Ex^a consegue. V.Ex^a terá a minha tolerância com o tempo.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Srs. Deputados, tenho nas minhas mãos o meu título de eleitor, já transferido para a nossa capital. (Palmas.)

Graças a Deus, o destino quis que eu fosse para a seção nº 15, justamente no Ginásio Castelo Branco, onde tive o prazer de estudar e depois lecionar, dar aulas lá. A partir de agora, votarei no colégio onde estudei e onde tive a honra de ensinar durante um período.

Então, hoje, graças a Deus, sou eleitor de Salvador, justamente no bairro onde nasci, Periperi, na Rua das Virgens. Virgens estão em extinção, até porque minha mãe já saiu de lá. Ser virgem, hoje, é difícil, mas com fé em Deus as famílias serão reestruturadas.

Também trouxe uma eleitora que não poderia deixar de ter comigo, a minha querida mamãe, apesar dos seus 82 anos e do AVC. Na verdade, o problema da minha mãe é de junta, porque só AVC já foram três ou quatro, derrame e enfarte. Ela é uma eleitora muito especial para mim, já que também transferiu o seu título e agora é eleitora de Salvador.

Isso quer dizer que quando chegar a hora em que a Justiça liberar e apitar o início do jogo, eu terei, entre os inúmeros votos de homens e mulheres de bem, carentes e de todas as classes, baixa, média e alta, enfim, de todo o povo de Salvador

que votará comigo, também esse voto muito precioso para mim, que é o da minha querida mamãe.

Com o aparte o meu querido deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sargento Isidório, V.Ex^a já terminou?

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, um momento, o deputado me concedeu um aparte.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado, olhe o painel. Já zerou.

Deputado Sidelvan, por favor.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, garanta a minha palavra.

Eu queria parabenizá-lo, deputado Pastor Sargento Isidório, pela transferência do seu título para a nossa capital. Certamente, V.Ex^a é um eleitor importante para a Cidade de Salvador, e espero que não troque esta Casa pela Câmara Municipal. V.Ex^a, certamente, tentará voos mais altos, voos para o Executivo, para o Senado, para o governo do Estado. E quero parabenizar V.Ex^a porque sempre desejei que, em Salvador, estivéssemos juntos para podermos fazer da capital uma cidade muito melhor. E será um orgulho para os eleitores de Salvador ter o título de V.Ex^a.

Quero agradecer a V.Ex^a pelo aparte, parabenizá-lo e dizer que estamos juntos nessa batalha.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sargento Isidório, V.Ex^a não tem mais tempo para conceder apartes. Se quiser concluir.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Agradeço a V.Ex^a, deputado Sidelvan Nóbrega, e ao Sr. Presidente.

Mas quero dizer a V.Ex^a que os últimos serão os primeiros. Foi assim mesmo que o atual alcaide que governa esta cidade, ou que inspeciona esta cidade, fez comigo quando, tiranicamente, apreendeu um veículo nosso, que fazia campanha contra as drogas, comigo em cima, e o conduziu para o seu pátio das injustiças. Ele achava que eu não seria eleito, e Salvador me deu a maior votação da história desta cidade, sem eu merecer.

Se há uma coisa que penso que sei, preciso apenas melhorar, é cuidar de pessoas, principalmente de gente igual a mim. Gente pobre de todas as áreas, negros, brancos, pobres, eu sei cuidar...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- É por isso que quando V.Ex^a chegar à nossa instituição verá eles e elas estudando, sendo capacitados.

Mas não posso abusar da boa vontade do presidente desta sessão. Eu gostaria de ter tido direito aos 6 minutos, mas foram 2 minutos e meio.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente, por sua tolerância.

Muito obrigado a todos. Os últimos serão os primeiros.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pois não, deputado. Com certeza, deputado, esta sessão de hoje será prolongada, e V.Ex^a terá a oportunidade de usar a tribuna novamente, para dar o seu recado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao nobre Líder do governo ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador, pelo tempo de 12 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Um minuto, caro Líder, meu amigo Sandro.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, eu queria, antes de fazer a indicação, apenas chamar a atenção que os deputados estão usando aqui um artifício que é dar aparte depois que o seu tempo está estourado. Isso não pode acontecer. Sabemos que teremos um dia de obstrução e acho que nos cabe obedecer ao Regimento, e cabe à Mesa fazer com que ele seja obedecido. Isso está sendo uma constante, mas nem dos deputados da Base vamos aceitar esse tipo de procedimento, porque parece mais uma brincadeira.

Falará, pelo tempo de 6 minutos, o deputado Bobô; e nos 6 minutos restantes, a deputada Fabíola.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Paulo Rangel, eu queria contar com a sua compreensão enquanto estiver aqui, interinamente, na presidência. Como eu me dou com todos, são todos colegas, não quero ser indelicado e ter que cortar o microfone. Todos conhecem o Regimento. A maioria está usando, ou quase todos estão usando, questão de ordem que não é questão de ordem; comunicação inadiável, que só pode ser feita pelo Líder, todos querem fazer; e concedem aparte depois que o tempo termina.

Então, conto com a compreensão de todos para não ser indelicado com os meus colegas e possíveis eleitores.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, pedi a questão de ordem antes de o deputado Bobô subir à tribuna.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do Líder da Minoria, deputado Sandro Régis.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem também, Sr. Presidente, depois do deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Primeiro, quero pedir ao nobre deputado Bobô, um dos maiores jogadores de futebol que já tive o prazer de assistir – e que me deu, depois dos meus filhos, a maior alegria, que foi o título de campeão brasileiro, em 1988, para o Bahia – um pouco de sua compreensão para me dirigir ao presidente. (Pausa.)

Estou fazendo uma questão de ordem para V. Exa!

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Sandro, continue sua questão de ordem, depois V. Ex^a formula sua questão de ordem.

O Sr. Sandro Régis:- Eu tenho cinco minutos, Excelência.

Acho que o deputado Paulo Rangel foi muito feliz. Na sessão da última terça ou quarta-feira, Paulo Rangel guardou, em suas palavras, o Regimento desta Casa.

A gente tem que tratar este Plenário, deputado Rosemberg, de forma séria. Nós somos colegas, mas o Regimento foi feito para ser respeitado. Acho que o deputado Paulo Rangel traz aqui mais um assunto importante para esta Casa, independente de

quem quer que seja, quando um deputado usa a tribuna, ele tem um tempo determinado pelo Líder que o indicou, - líder do partido ou do governo/oposição - e esse tempo tem de ser respeitado. O deputado não pode falar e depois de findo o tempo ele conceder aparte. Assim, deputado Adolfo Viana, começa-se a quebrar o Regimento e fazer da exceção regra. E se perde o total controle nesta Casa.

Bem ou mal, antigo ou moderno, temos um Regimento. E o Regimento, a não ser quando os líderes da Oposição e do governo assinam dispensa de formalidades, tem que ser respeitado e tem que ser a Bíblia do Plenário da Assembleia.

Deputado Marcelo Nilo, V. Ex^a não estava aqui, posso também botar a culpa nos meus, na minha Bancada, mas o deputado tem um tempo para falar na tribuna, e ele tem que conceder seus apartes no seu tempo. Vários deputados usaram a tribuna hoje, e, depois que seu tempo acabou, cederam apartes aos colegas. Deputado que tinha cinco minutos virou dez; deputado que tinha dez, virou quinze. E, dessa forma, quebra-se a regra. Com todo o respeito à Casa, termina desrespeitando-se os próprios colegas.

Mas, Sr. Presidente, eu quero fundamentar minha questão de ordem, meus cinco minutos estão encerrando, hoje é uma noite importante na Assembleia Legislativa da Bahia, pois o governo tenta, e como tem uma grande maioria, vai querer aprovar um projeto em regime de urgência em que pede um empréstimo de 400 milhões de dólares. Depois desses desmandos do governo federal e os erros da política econômica do governo Lula e do governo Dilma, o dólar já alcança quase R\$5,00. E o empréstimo vai para mais de um bilhão e seiscentos milhões de reais! E não se diz a esta Casa como esse dinheiro vai ser aplicado, em que será aplicado, de que forma será aplicado.

Então quero, neste momento, pedir a V. Ex^a uma verificação de quórum nominal para a continuidade da sessão, que V. Ex^a chame a este Plenário os deputados a fim de que esta Casa possa analisar o projeto e não dar um cheque em branco, deputado Euclides, ao governo do Estado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V. Ex^a será atendido. Zerem o painel e marquem os 15 minutos .

Os Srs. Deputados que queiram a continuação da sessão marquem suas presenças.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, queria que V.Ex^a acionasse as campanhas, convidasse todos os deputados e deputadas que estão no cafezinho para que se fizessem presentes ao Plenário, para que possamos votar esse projeto que é muito importante para o Estado da Bahia, diferentemente do que dizem aqui os deputados da Oposição.

Parece que estamos em outro mundo, porque quem faz a definição dos locais de investimentos é o governo do Estado. Até porque isso é prerrogativa para quem vai fazer o empréstimo, fazer com a definição específica.

Aqui, cabe a Assembleia analisar se o Estado tem capacidade de endividamento, ou não. É a única coisa que temos que fazer. Sempre foi assim! Não vejo nada diferente. E as discussões aqui estão indo por um caminho, na minha opinião, extremamente desencontrado da realidade.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

Faltam marcar as presenças os deputados Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex Lima, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Carlos Geilson.

Já há quórum.

Há um requerimento, assinado pelo deputado Paulo Rangel, que propõe a prorrogação da sessão pelo tempo de 800 minutos.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado, com os votos contrários dos deputados da Oposição presentes.

Está prorrogada a sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o meu querido amigo, deputado Bobô, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. BOBÔ:- Sr. Presidente, boa-tarde amigos deputados e deputadas, queria chamar a atenção para um anúncio importante feito ontem pelo governador Rui Costa, durante o lançamento do Projeto de Política Estadual de Transplantes de Órgãos e Tecidos.

Importante por conta do volume de investimentos na saúde. Não vou falar desse projeto em si, mas, sim, do anúncio da construção de novos hospitais e da ampliação de outros em algumas regiões da Bahia, a exemplo da segunda unidade do Hospital Geral do Estado, do Hospital da Costa do Dendê, do novo hospital de Feira de Santana – já temos lá um grande hospital, que é o Clériston Andrade – e, também, o Hospital da Região Metropolitana de Salvador, que será construído aqui, na Cidade...

O Sr. Rosemberg Pinto:- O da Costa do Cacau...

O Sr. BOBÔ:- Muito obrigado, deputado Rosemberg.

O da Costa do Cacau, e, também, o de Lauro de Freitas, que receberá mais uma unidade hospitalar.

Isso só nos deixa felizes.

O governador, em sua fala aqui, na abertura dos trabalhos, citou três pilares importantes do seu governo. E um desses pilares é, justamente, a saúde. Para nós, é muito importante a construção e a ampliação de hospitais na Bahia.

Mas gostaria de, também, chamar a atenção para um compromisso do governador Rui Costa com relação à construção de um hospital, ou a ampliação do hospital em Senhor do Bonfim, que fica no território do Piemonte Norte do Itapicuru.

Acho que é muito importante que o governador leve em consideração esse compromisso assumido, pois é difícil a situação. O que lá temos, hoje, não atende às necessidades. O deputado Adolfo sabe muito bem disso, não é, Sr. Presidente, da necessidade da construção desse hospital. Vai desafogar, inclusive, o Hospital Regional da Cidade de Juazeiro. E para nós é muito importante que se consolide esse

tipo de política, porque, verdadeiramente, é fundamental tratar da saúde, da segurança pública, e do outro pilar que o governador citou, a educação.

Esses investimentos novos nos dão, evidentemente, uma segurança de que, verdadeiramente, a saúde está sendo um compromisso do nosso governador Rui Costa.

Volto a insistir com relação ao hospital do Território do Piemonte Norte do Itapicuru pela necessidade clara, urgente de investimentos nessa área. O deputado Zó conhece bem a situação. O deputado Adolfo Menezes conhece bem a situação. O deputado Roberto Carlos conhece bem a situação.

É absolutamente necessário que se faça, urgentemente, uma intervenção na saúde daquele território. São 9 municípios, 300 mil pessoas morando lá, e absolutamente necessitando dessa condição.

Gostaria de conceder o aparte ao deputado Zó.

O Sr. Zó:- Deputado Bobô, primeiro parabenizá-lo pelo discurso e pela preocupação que V.Ex^a tem tido com a região de Senhor do Bonfim. Isso só reforça a necessidade de que Senhor do Bonfim tenha em ter um parlamentar comprometido com aquela cidade.

Mas, esse hospital que V.Ex^a pede não atende só a Senhor do Bonfim. Primeiro ele atende a uma região, e ele diminui um fluxo que abarrotava os hospitais de Juazeiro e de Petrolina. Normalmente, recebemos pedidos de transferências hospitalar por atendimentos que poderiam ser feitos, de média complexidade, naquela cidade.

Então, a abertura desse hospital é preciso que se trate através da Comissão de Saúde, deputada Fabíola, através desta Casa, junto ao secretário, junto ao governador para que se possa, imediatamente, ou abrir uma UPA, atendendo média complexidade, ou tratar da reabertura do Hospital de Senhor do Bonfim, porque tem coisas que podem ser atendidas lá e não é preciso ir para Juazeiro ou Petrolina. Naquela região todinha se criou a “ambulanceteria”, que na verdade é um tipo de atendimento em que joga dentro da ambulância para mandar para as outras cidades.

Então, parabenizo V.Ex^a, e quero dizer que estou junto nessa luta como deputado da região, como representante do parlamento baiano para abraçar essa causa na hora que V.Ex^a e que a população do Piemonte de Itapicuru precisar.

Parabéns pelo discurso!

O Sr. BOBÔ:- Muito obrigado, deputado Zó, também gostaria de parabenizar o governador por esses investimentos novos, mas é necessário que se pense nessa questão.

Outro assunto é parabenizar o Partido Comunista do Brasil, o PC do B, que neste final de semana está intensificando as suas ações de conferências, no interior da Bahia. Gostaria de citar o sucesso em três cidades da Bahia, em especial Várzea da Roça, Serrolândia e Capim Grosso com muita participação. O povo participou das conferências, partidos políticos também sendo representados, lideranças políticas dos municípios envolvidos. Então, foi um sucesso enorme a participação efetiva das pessoas já discutindo, já preocupadas com as eleições do próximo ano. Mas, também discutindo a política nacional e a política local.

Portanto, gostaria de parabenizar a todos os comunistas envolvidos nessa discussão, sobretudo na cidade de Várzea da Roça, Serrolândia e também na cidade de Capim Grosso, já pensando no futuro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pelo tempo de 6 minutos a deputada Fabíola.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Sr. Presidente, boa-tarde, Sr^{as} e Srs. Deputados. O que me traz, aqui hoje, corroborando as palavras do deputado Bobô, é nossa preocupação com a saúde, a fim de criarmos uma ampla rede, desde a atenção básica até a atenção de alta complexidade, regionalizada; e V.Ex^a foi muito feliz em solicitar um hospital para aquele território.

Estou aqui hoje para agradecer a esta Casa a aprovação da frente parlamentar em defesa das santas casas e hospitais filantrópicos, deputada Neusa Cadore, que fazem parte importante da prestação de serviço em vários estados, e algumas delas, inclusive aqui na Bahia, são centenárias.

Nós vemos que, nos 25 anos de SUS, tivemos uma inflação de quase 400%. E os reajustes percentuais que as santas casas tiveram, não chegam mais do que a 90, 93%. De fato, gerando uma situação em que, para cumprir as metas, a santa casa ou hospital filantrópico gasta, muitas vezes, 70% a mais; e quando não cumprem essas metas recebem multas por não cumprimento de metas.

Isso gera o fechamento de inúmeras santas casas, presidente, deputado Adolfo Menezes. Só na Bahia eram 108, hoje temos 64. Isso gera, sim, aquela complementariedade do atendimento do SUS que estão em vários locais da nossa Bahia, estarem fechando.

Tivemos aqui o pedido da Santa Casa de Cachoeira, que tem problemas com sua gestão, mas tem problemas, também, com as suas AIHs e ao não conseguir cumprir e serem aplicadas as multas inviabilizadas.

Tivemos recentemente, por solicitação do deputado presidente da Comissão de Saúde, deputado Alan Sanches, o pedido da Santa Casa de Mutuípe, que não pode fechar. Estivemos lá com o secretário Fábio.

Assim é que nós temos que lembrar que a Bahia deveria ter uma política para complementar o financiamento dessas Santas Casas, para dar o incentivo, porque elas são parte importante de prestação de serviços do SUS.

Não estamos aqui a pedir nada além dessa complementariedade, e a discussão e esse debate precisam ser feitos para vencermos os desafios, sob pena de termos fechado inúmeras dessas Santas Casas. O sistema de financiamento das Santas Casas, além de receber dinheiro do Ministério da Saúde, ele é tripartite, mas a Bahia não coloca nenhum incentivo, a exemplo de outros estados, como São Paulo, Espírito Santo, Ceará, Paraná, enfim.

Esse é o objetivo da Frente, que tem como vice-presidente a deputada Maria

del Carmen e como participantes alguns deputados aqui, como os deputados José de Arimatéia, Bira Corôa, com a vênia do deputado Alex da Piatã, que é uma pessoa interessada também no assunto da saúde, poderá vir fazer parte da nossa Frente.

Quero aqui também elogiar, não pude estar presente porque estava celebrando o aniversário de antecipação da minha querida Uibaí, 54 anos de Uibaí que se realizou ontem, mas elogiar o esforço do governo do Estado da Bahia ao investir 10 milhões no plano estadual de doação e captação para transplante de órgão, tentando zerar uma fila de 2 mil baianos; serão investimentos de 10 milhões, não só para capacitar pessoas para lidar com as famílias de possíveis doadores, como qualificar equipes e incentivar equipes do Estado da Bahia na realização de transplantes.

Lembramos que o SUS, ele é o sistema que cobre transplantes, a despeito dos planos de saúde que hoje oneram tanto o nosso País, não serem obrigados ainda a cobrirem transplante de fígado, transplante de coração, o que é um absurdo. Acho que as agências reguladoras deveriam ter essa noção e também obrigar planos de saúde a distribuírem remédios, que não distribuem, a fazerem transplantes, porque na verdade muitas pessoas reclamam do SUS, e sim, há do que se reclamar, mas temos que elogiar o maior patrimônio do Brasil, que é o único que distribui remédio e que faz transplante.

Gostaria, assim, de saudar, porque hoje será a abertura do 25º Congresso Nacional das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos e a 11ª edição do Congresso Internacional, que vai ter como tema: *Imagem, Gestão e Sustentabilidade*, exatamente para debater a fragilidade de gestão, as inovações necessárias, o patrimônio histórico e a necessidade de ter nas Santas Casas e hospitais filantrópicos, também, equipamentos de prestação de serviços.

Por fim, quero agradecer ao deputado Sandro Régis, Líder da Oposição e ao deputado Zé Neto, que permitiram que a segunda-feira, dia 21 de setembro, pela primeira vez a sessão ordinária se tornasse uma sessão especial, em homenagem ao Dia da Luta pela Pessoa com Deficiência, sessão histórica, na data específica. Ocasão em que pudemos receber e homenagear o time baiano tricampeão mundial de Futebol, algumas entidades filantrópicas como o Instituto de Cegos, a Ajece, a Apae, a Abadece, e fazer nesta Casa um compromisso de agenda positiva de aprovação de projetos que dizem respeito à pessoa com deficiência, deputado Adolfo.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Concedo a palavra ao Líder do Bloco Parlamentar para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Júnior: - Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Júnior: - Agradeço ao nobre e querido presidente Adolfo Menezes a questão de ordem concedida por V.Exª. Aqui, ouvi atentamente o pronunciamento do deputado Bobô, entendo que o tempo já estava se esgotando e não

foi possível ouvir a minha intervenção em aparte. Ouvi o deputado Bobô fazer uma grande explanação do projeto de construção de novos hospitais no interior do Estado da Bahia.

Deputado Bobô, V.Ex^a tem um prestígio muito grande na Base Governista, queria fazer um apelo a V.Ex^a para que antes de começar a construção de tantos hospitais que V.Ex^a citou, que o governo termine, por exemplo, o Hospital Regional de Seabra. Se não me engano, deputado Hildécio, há oito anos está para ser concluído. O deputado Fabrício que foi votado naquela região sabe o que estou falando, há oito anos começaram e não foi concluído. E nem expectativa tem para a sua conclusão. O governo já esteve lá disse que era em outubro, as obras estão se arrastando, praticamente paralisadas, sem expectativa alguma de concluir o Hospital Regional de Seabra, na Chapada, necessário e urgente para a região.

Assim como, Líder deputado Zé Neto, é a ampliação da Emergência do Hospital Prado Valadares, em Jequié. A situação é a mesma. Pleiteamos, reivindicamos a construção de um Hospital de Base para Jequié, desde a época do governador Jaques Wagner...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a vai formular a questão de ordem agora?

O Sr. Leur Lomanto Júnior: - Tenho ainda 2 minutos e 45 segundos para formulá-la. Obviamente, devido ao apelo de V.Ex^a procurarei ser mais breve e não usarei o tempo todo, pela atenção que tenho a V.Ex^a.

(...) Mas, como eu ia dizendo, o ex-governador Jaques Wagner prometeu a construção de um novo hospital em Jequié que também não cumpriu. Está lá a ampliação do Hospital Prado Valadares, com as obras praticamente paralisadas, sem expectativa de conclusão. Assim também ocorre com as outras cidades, se não me engano há outros hospitais em Itabuna, Conquista, com obras paralisadas. Acho que o esforço deveria ser para acabar o que começou, porque se não for assim, como vai construir tanto hospital como se está falando?

Faço um apelo, sei que o deputado Bobô tem muita força na Base do governo, tenho certeza também que o deputado Fabrício que é muito bem votado lá em Seabra vai interferir com o secretário da Saúde. Solicitem que ele dê celeridade e termine o tão sonhado e necessário Hospital Regional da cidade de Seabra.

Com isso, Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Caro deputado Leur, meu amigo Leur, infelizmente V.Ex^a não será atendido, porque tem apenas 15 minutos que foi solicitada a última verificação de quórum. Tem que ter no mínimo meia hora ou vamos bagunçar a sessão. De cinco em cinco minutos será pedida uma verificação de quórum?

(Tumulto no plenário.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes): - Não adianta gritar que não vou conceder.

O tempo é do DEM, deputado Sandro Régis.

Só vou conceder de meia em meia hora. Não adianta gritar.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Não tem acordo, não existe acordo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Tem Regimento aqui, deputado Adolfo. Meia em meia hora.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^{as} vão ter a noite inteira para falar. Meia em meia hora.

Deputado Sandro, V.Ex^a não vai usar o tempo do DEM não? Vou passar para o próximo tempo, deputado Sandro.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Está escrito no Regimento que o maior acordo não se sobrepõe ao Regimento desta Casa, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Este é um acordo e aqui ninguém está cumprindo o Regimento. Eu não vou conceder.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Sandro Régis:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a querem tumultuar.

Deputado Adolfo, um minuto, deixe eu falar aqui.

Deputados, vou conceder a palavra.

Deputado e meu amigo Adolfo Viana, V.Ex^a não cumpre o Regimento hora nenhuma nas questões de ordem, ninguém está cumprindo. Então não venha cobrar cumprimento de Regimento. Não vou conceder, só depois de meia hora. Não adianta gritar.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- O tempo agora é do DEM.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- É do DEM. Vou passar para o próximo.

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Vou conceder uma para um lado e uma para outro.

V.Ex^a vai usar a palavra, deputado Sandro?

O Sr. Sandro Régis:- Adolfo.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo, V.Ex^a vê se cumpre o Regimento agora.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, V.Ex^a sabe da admiração e do respeito que tenho por V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Idem.

O Sr. Adolfo Viana:- Quero colocar para V.Ex^a que existe um Regimento...

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Adolfo, eu vou passar a palavra para o presidente de fato que é mais fácil.

O Sr. Adolfo Viana:- Por favor.

O Sr. Paulo Rangel:- Deputado Marcelo, sou o próximo na questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Antes de passar a palavra para a questão de ordem aos Srs. Deputados - eu estava na presidência resolvendo alguns assuntos administrativos - gostaria de fazer um apelo que foi acertado que questão de ordem para verificação de quórum seria de meia em meia hora. Foi acertado aqui na legislatura passada. Se V.Ex^a não concordarem, a proposta que eu fiz era de hora em hora que eu iria colocar no Regimento Interno. A proposta que fiz aqui era de hora em hora, porque senão, deputados, vejam bem o seguinte, temos que ter o bom senso. V.Ex^a pede uma questão de ordem, dois minutos depois, pede de novo, três minutos depois pede de novo. Vamos ter o bom senso.

(O Sr. Adolfo Viana se manifesta fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Espere só um segundo, nós temos a noite toda para conversar, para debater os assuntos, agora, vamos ter o bom senso. Nós acertamos e o deputado Carlos Geilson que é antigo, deputado Leur que é antigo, deputado Adolfo que é antigo. Se V.Ex^a quiser, eu mando ver quando foi acertado esse acordo de cavalheiros. Foi meia hora. Eu, inclusive, fui voto vencido, porque achava que só deveríamos ter de hora em hora. Peço o testemunho do deputado Alan Sanches, do deputado Vando, todos os deputados aqui e foi de meia em meia hora e eu só vou dar de meia em meia hora. Se V.Ex^{as} quiserem, não tem problema, eu vou ter que negar, porque senão nós vamos ter que passara noite toda com questões de ordem.

A minha proposta para a Mesa Diretora era de uma hora, mas aceitei o acordo do deputado Gaban, então Líder da Oposição, e do deputado Zé Neto de meia em meia hora e fechamos esse acordo. Se V.Ex^{as} não quiserem cumprir o acordo, tudo bem.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana, depois V.Ex^a. Eu cheguei agora e não sei quem pediu primeiro.

O Sr. Paulo Rangel:- Depois eu quero a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, eu quero colocar para V.Ex^a com muita clareza que o Regimento não reza isso. Esse foi um acordo que foi feito pelo Líder Elmar há 5 anos. Aqui foi feito um acordo também que não se podia derrubar a sessão no Pequeno Expediente. Na semana retrasada, o Partido dos Trabalhadores, através do seu líder, derrubou-a no Pequeno Expediente. Não existe nenhum artigo no Regimento Interno que diga que a questão de ordem na verificação de quórum só poderá ser feita de meia em meia hora.

Entendo que temos todo o direito de pedir a verificação de quórum, justamente porque isso está aqui no Regimento. V.Ex^a não pode, como presidente, mudar no meio do caminho a regra do jogo, a não ser que V.Ex^a traga um projeto de resolução para ser modificado aqui em plenário.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo Viana, primeiro, é o seguinte: é omissa o Regimento Interno porque o computador foi depois do

Regimento e casos omissos quem decide é o plenário. Vou levar ao plenário e o plenário vai decidir. Quero usar o bom senso. Foi feito um acordo aqui de cavalheiros que é de meia em meia hora. Pronto! Se V.Ex^{as} não quiserem, vou levar ao plenário. Minha proposta é de hora em hora, porque o Regimento é omissos porque esse Regimento foi feito antes do computador. A proposta do presidente foi de 1 hora. O plenário, por acordo de líderes, aceitou meia hora. Proponho que V.Ex^a aceite meia hora, senão vou levar para o plenário decidir porque o Regimento é omissos.

Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, vou deixar bem claro, o deputado Adolfo Viana foi muito feliz quando relatou aqui que há uma praxe nesta Casa e V.Ex^a sabe disso, que não se deve pedir verificação de quórum no Pequeno Expediente durante a sessão. Essa é uma praxe aqui de vários anos, estou na minha terceira legislatura. O deputado Rosemberg Pinto está sendo vezeiro nesta Casa, quando é interessante para a Base do governo se encerrar a sessão por qualquer motivo, ele vem derrubando a sessão no Pequeno Expediente. O Regimento também é omissos com relação a esse assunto e ele tem feito isso por mais acordo que houvesse no passado, o deputado Rosemberg tem feito isso sistematicamente aqui durante a sessão, mesmo com o apelo da Bancada de Oposição, mesmo com vários parlamentares da Base de governo fazendo apelo ao deputado Rosemberg Pinto de que existia um acordo nesta Casa, e eu entendo o posicionamento de V.Ex^a.

Existia um acordo aqui nesta Casa, na legislatura passada, quero dizer, é importante se for o caso regulamentar esse processo. Se 30 minutos são um consenso, acho que é um número razoável, quero concordar com V.Ex^a, que se regulamente, que se vote um projeto regulamentando 30 minutos para questão de ordem, não será permitido derrubar a sessão antes do Pequeno Expediente e aí resolveríamos essas duas questões de uma vez por todas, embasado no Regimento desta Casa.

Eram essas as minhas considerações.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, só para dizer que a presidência nunca participou de acordos que derrubem a sessão no Pequeno Expediente, nunca participei desse acordo, porque sempre fui contrário, aqui é uma Casa política.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Mas foi um acordo de lideranças, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Se os líderes concordarem eu aceito, eu presidente, nunca participei. Quero dizer a V.Ex^a que sigo muito o Regimento. Está aqui no Art. 235, "*Os casos omissos nesse Regimento serão resolvidos pelo plenário*", é um caso. Então, vou levar ao plenário.

Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, acho que é até uma questão de elegância e postura se manter determinados acordos que dizem respeito à tradição desta Casa. Concordo que houve esse acordo porque participei desse acordo em que não devia se derrubar a sessão no Pequeno Expediente. Se foi derrubado, acho que houve concordância. Quando existe um acordo para não se pedir questão de ordem quando o orador está na tribuna e a Casa vem funcionando assim já há bastante tempo.

Acho que não podemos nos surpreender com a atitude intempestiva do deputado, com todo respeito, Adolfo Viana, nesse momento, querendo contrariar todo o processo existente. Agora, eu vou fazer uma proposta a V. Ex^a: se esse acordo não vai ser cumprido, a situação, aqui, pede que V. Ex^a leve para o Plenário e coloque o...

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não darei questão de ordem sobre esse assunto, deputado Adolfo.

O Sr. Paulo Rangel:- ...tempo regulamentar de 1 hora para questão de ordem que diga respeito à verificação de quórum para continuidade da presente sessão.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Alan Sanches, por favor. Vamos fazer um acordo. Se eu continuar dando questão de ordem, não vai parar nunca.

O Sr. Adolfo Viana:-Fui citado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Assim, V. Ex^a vai obstruir, também, deputado Rosemberg.

O Sr. Alan Sanches:- Sr. Presidente, obrigado por me conceder a questão de ordem. Na verdade, Sr. Presidente – V. Ex^a, com toda a sua experiência e sabedoria, conhecedor desse Regimento –, nós lembramos, sim, desse acordo na legislatura passada...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Deputado Sidelvam, por favor, vamos ouvir o seu colega deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- É claro que nós lembramos desse acordo e poderemos reacendê-lo. Mas, existia, sim, nesta Casa – V. Ex^a vai recordar – o acordo de não se derrubar a sessão no Pequeno Expediente.

Para não ficar nesse disse-me-disse: jamais vou questionar a palavra de V. Ex^a, mas eu já participei de outras Casas Legislativas e nós tínhamos um livro. Quando eram feitos esses acordos, ou alguma questão que o Plenário decidisse, colocávamos nesse livro da Mesa Diretora, para que pudéssemos dirimir qualquer dúvida. Aqui, poderíamos dirimir as dúvidas do deputado Adolfo, do deputado Zé Neto, do deputado Rosemberg.

Mas, eu me lembro, sim, do acordo que foi feito. E tenho certeza de que o deputado Rosemberg jamais iria cassar a palavra, pois conheço a forma como o deputado conduz o seu trabalho aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não. Deputado Rosemberg eu peço vênua. V.Ex^a é Líder do PT. Quer obstruir também?

O Sr. Alan Sanches:-Só para terminar, Sr. Presidente. Eu gostaria que V. Ex.^a resolvesse esses dois acordos: o de não derrubar a sessão no Pequeno Expediente e, também, o de duração de 30 minutos no mínimo para se pedir a verificação de quórum. Gostaria, ainda, de que V. Ex^a me informasse que horas foi solicitada a verificação de quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Às 17h34min, eu marquei. A anterior. Em tese só seria às 18h4min. Certo. Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu estava fora e ouvia as intervenções dos deputados, inclusive, as do deputado Leur. Quero, aqui, dizer que o deputado Leur presidia a sessão, só existiam dois deputados no Plenário – eu e o deputado Herzem Gusmão –, os dois deputados falaram. Não havia mais nenhum deputado para falar, consultei o deputado Leur Lomanto, que estava presidindo a sessão, e por isso pedi verificação de quórum. Então não aceito que nenhum deputado diga que fiz isso para cercear o debate aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Deputado Marcell! Deputado Adolfo, pelo amor de Deus...

O Sr. Adolfo Viana:- Dê-me 5 minutos para que eu fale.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu darei, deputado Adolfo, depois do deputado Marcell. Eu lhe neguei porque V. Ex^a pediu depois.

O Sr. Marcell Moraes:-Eu pedi primeiro, deputado Adolfo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, educação está acima de tudo.

O Sr. Marcell Moraes:- Presidente, eu fui citado pelo deputado Rosemberg. Deputado Adolfo, eu fui citado...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Adolfo, V.Ex^a é um deputado educado, atuante, eu ia conceder a questão de ordem, depois do deputado Marcell, a V. Exa.

O Sr. Marcell Moraes:- Eu fui citado pelo deputado Rosemberg, tenho direito ao contraditório, presidente...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Marcell, por favor.

O Sr. Marcell Moraes:- V. Ex^a falou que o Regimento é omissivo. Mas quero falar para V. Exa que, com relação à votação de quarta-feira passada, o Regimento Interno diz, no art. 162-A: “A dispensa de exigências regimentais para que determinada proposição seja submetida de imediato à votação dependerá de acordo firmado entre as Lideranças da Maioria e da Minoria...”

Então quero pedir para V. Ex^a que o início da votação do projeto da quarta-feira passada seja retirado, porque o Regimento Interno não é omissivo nesse caso. Ele fala perfeitamente...

Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis pediu vistas. Concedi vistas a ele. Agora, não posso fazer mais do que isso.

O Sr. Marcell Moraes:- (...) Mas estou mostrando para V. Ex^a que não poderia deixar votar, porque o art. 162-A diz que não se pode submeter proposição à votação sem o acordo das Lideranças.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Mas, deputado, tinha que ser no momento exato. Agora, não posso.

O Sr. Marcell Moraes:- Mas nesse momento o Regimento não é omissivo.

O Sr. Paulo Rangel:- Ainda existe o tempo do DEM. Ninguém colocou nada em votação, Sr. Presidente.

Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu teria a maior boa vontade em equacionar esse assunto. Agora, tinha que ser no momento exato. Mas farei o possível para atender V. Ex.^{as}.

Deputado Leur Lomanto, primeiro falará o deputado Nelson, porque ele está me pedindo há muito tempo; depois, V. Ex^a falará.

O Sr. Nelson Leal:- Presidente, quero fazer coro com as palavras do deputado Paulo Rangel. Primeiro, porque o Regimento sempre nos orienta, e de forma bastante sábia. V. Ex^a tem que definir logo a primeira questão de ordem que foi realizada. É fundamental que a gente chegue logo a um consenso, porque já temos com isso quase 40 minutos. Quero, também, Sr. Presidente, que V. Ex^a coloque para o Plenário decidir a proposta de 1 hora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, vou colocar!

Meu querido amigo, deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Pois não, Sr. Presidente. Com relação ao que foi dito aqui pelo deputado Rosemberg Pinto, eu estava presidindo a sessão e realmente existiam dois parlamentares no Plenário. No período em que ele pediu a verificação de quórum, sete parlamentares adentraram ao Plenário com o desejo de fazer uso da palavra; um deputado da Oposição – não me recordo qual foi – solicitou a questão de ordem para que o deputado Rosemberg desistisse da questão de ordem, por se tratar do Pequeno Expediente e por haver outros parlamentares querendo fazer uso da palavra. Mas o deputado Rosemberg resolveu que não ia desistir e manteve a questão de ordem, derrubando, assim, a sessão no Pequeno Expediente, quebrando um acordo que foi feito entre Lideranças. O deputado Paulo Rangel foi feliz ao confirmar que existia esse acordo de Lideranças com relação à verificação de quórum no Pequeno Expediente. Então, quebrou-se o acordo. Realmente, existiu, na legislatura passada ou anterior a ela, um acordo de que, a cada 30 minutos, existiria a verificação de quórum. O apelo que faço a V. Ex^a é que uma mudança no Regimento Interno da nossa Casa ser feita simplesmente por votação em Plenário e não por uma ampla discussão já que existem outras matérias e casos que também são omissas e que precisam ser reformados no Regimento. Inclusive, aqui diz no art. 229: "*A iniciativa de reforma do Regimento é deferida à Mesa ou a 1/3 (um terço) dos membros da Assembleia*". Acho que essa discussão precisa ser aprofundada, em vez de casual e açodada como a que está ocorrendo aqui hoje.

Então, solicito a V. Ex^a que mantenha os 30 minutos, como foi a linha do deputado Zé Neto, Líder do Governo, se o deputado Sandro Régis também pensa assim, para que façamos uma discussão mais profunda sobre o Regimento Interno.

Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ok! Antes de conceder a questão de ordem a V. Ex^a, quero propor ao deputado Sandro Régis e ao deputado Zé Neto 30 minutos por acordo até formalizarmos. Deputado Paulo Rangel fala pela Liderança, 30 minutos por acordo, para não levar para o Plenário, porque se o Plenário decidir... Ninguém está mudando o Regimento, deputado. É um caso omissos e o Plenário decide.

V. Ex^a concorda com meia hora? A proposta da presidência é meia hora.

Darei a V. Ex^a, só um segundinho.

Concordam? Concordam. Fica acertado por acordo, e nós vamos regulamentar meia hora. Só pode depois que encerrar a primeira questão de ordem, ou seja, quando

verificar o quórum, se deu quórum, passa-se para 30 minutos a partir dele. É um acordo de Lideranças.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Agradeço a V.Ex^a.

O Sr. Sandro Régis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, até V.Ex^a disciplinar isso na Mesa Diretora.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Disciplinar, com certeza.

O Sr. Sandro Régis:- Os deputados Tom, Leur, Carlos Geilson e Sidelvan irão lhe cobrar em todas as sessões para disciplinarmos este assunto e assim não ocorrer essa mesma confusão que ocorreu aqui hoje.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado.

O que estou propondo hoje é o seguinte: não estou mudando o Regimento Interno nem estou propondo nenhum Regimento. Como ele é omissivo, porque o computador foi após o RI, o Plenário é que decide. E, se for ao Plenário, a base do governo é maioria e decidirá por uma hora. Acho que o bom senso é meia hora.

Os deputados Sandro Régis e Zé Neto concordaram.

O Sr. Carlos Geilson:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do meu querido amigo deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- O.k., presidente. Acho que o debate foi importante, e nós chegamos a um denominador comum. Realmente essa questão de ordem com 30 minutos de uma para outra está de bom tamanho.

E, aproveitando que já temos mais de 30 minutos da última questão de ordem, peço que, com esse novo acordo - que foi refeito, é um novo acordo -, V.Ex^a proceda a partir de agora contando.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tem razão. Tem razão! V.Ex^a será atendido.

Zerem o painel, marquem 15 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Não tem 30 minutos da última questão de ordem pedida, não!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Não, não! Já tem! Tem, tem, tem!

(Vários parlamentares falam simultaneamente.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Zere-se o painel. Marquem-se 15 minutos.

E marquem as presenças.

Deputado Carlos Geilson, marque a presença, por favor.

(Longa pausa.)

Srs. Deputados, marquem as presenças. Quem queira a continuidade da sessão.

(Pausa.)

Falta marcar a presença, deputado Zé Neto. V.Exª é o primeiro a não marcar. (Risos!)

O problema é que os deputados também ficam aí batendo papo, não prestam atenção à sessão.

Pronto! Já vinte e um!

Fechado o acordo com 30 minutos. Agora são 18h18min. Agora só daqui a 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para falar ou indicar orador, o Líder do DEM.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falarão os deputados Adolfo Viana e Hildécio Meireles.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Deputado Marcelo Nilo, Srªs e Srs. Deputados, quero me referir a V.Exª, Sr. Presidente, porque fui citado pelo deputado Paulo Rangel, mas o senhor me negou a questão de ordem e a cedeu a mais de cinco parlamentares, após ter negado o meu pedido.

V.Exª está à frente da Presidência desta Casa há cinco mandatos, já completa 10 anos como presidente da Assembleia Legislativa. Mas não pode conduzir os trabalhos aqui neste Parlamento com parcialidade. Sentado nessa cadeira não pode, por exemplo, daí orientar o deputado Rosemberg Pinto, do PT, dizendo que ele está entrando em processo de obstrução. O senhor tem de ser imparcial.

No momento em que se reporta ao deputado Rosemberg Pinto e lhe avisa que ele está ajudando o processo de obstrução, V.Exª está defendendo o lado do governo. E isso não é admissível. O senhor votou na semana passada cinco projetos de lei sem dispensa de formalidades! E vem admitindo que aqui nesta Casa se votem Comendas que o projeto de resolução não prevê!

Então, quero dizer-lhe que o seu guia tem de ser o Regimento Interno desta Assembleia! V.Exª não pode se valer do cargo que ocupa! Já tem cinco mandatos, 10 anos aí nesta Presidência, mas não pode achar que nela pode fazer o que bem quer e o que bem entende!

Digo-lhe que todas as vezes que entender que V.Exª não está agindo de forma correta, irei me manifestar! Pedirei questão de ordem! E todas as vezes que V.Exª me negar a questão de ordem, virei à tribuna e daqui exercerei o meu direito de falar o que penso!

Essas são as minhas palavras. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. HILDÉLCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srªs e Srs. Deputados, senhores e senhoras aqui presentes, há uns 15 dias reporteime desta tribuna à qualidade dos gastos, à qualidade do uso, à qualidade da aplicação do recurso público.

E neste momento que experimentamos no nosso País, com a União vivendo um quadro de agonia orçamentária, levado pela crise financeira e econômica que vive o nosso Brasil, o governo federal se deu ao luxo de encaminhar ao Congresso Nacional um Orçamento previamente deficitário.

Nós temos visto alguns Estados da Federação quebrando. Temos visto muitos municípios da nossa Federação também quebrando. E aqui os deputados do governo fazem questão de cantar em versos e prosas a situação financeira de equilíbrio do nosso Estado. Entendo que esse é o motivo para que esta Casa tenha um maior cuidado no que diz respeito às finanças da nossa Bahia.

Sabemos que é uma prerrogativa do Poder Executivo solicitar deste Legislativo autorização para tomar financiamento, sobretudo externo. Mas é também uma prerrogativa e - mais ainda - uma obrigação desta Assembleia fazer uma análise criteriosa do que se está votando, do que é que o Executivo está pretendendo com este financiamento, e não apenas nos darmos por satisfeitos porque o governo justifica de forma genérica como é que aplicará esses recursos.

Para se ter uma ideia, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, de 2007 até 2014 esta Casa autorizou cerca de R\$ 17 bilhões em crédito para o Poder Executivo. Deste valor, 8 bilhões e 548 milhões entraram no caixa do Estado. E aí eu pergunto quem aqui sabe onde é que esse recurso foi parar. Onde e como ele foi aplicado? É um direito dos parlamentares, é um direito deste Parlamento, sim, saber previamente como e onde esse recurso será aplicado.

Pasmem V.Ex^{as}! Daqueles 8 bilhões e 500, no período entre 2012 e 2015, entraram quase 2 bilhões e meio, quase. Vejam, desse dinheiro 30,7% foram para fazer custeio! É como se na nossa casa tomássemos dinheiro emprestado para comprar comida! É estado de quebradeira mesmo! E cerca de 45,4% foram para pagar financiamentos ao governo da União.

Portanto, é preciso analisar com critério a forma como esse dinheiro irá ser gasto. Veja que apenas 23,5% desse recurso, meu caro deputado Luciano, foram para investimentos. Eu sempre soube que financiamento para o poder público tem como prioridade investimento. É receita de capital, é pra ser investido em capital, e não para ser usado como custeio.

Portanto, creio que projetos de lei deste nível e perfil, nós da Oposição temos de relutar para que siga o curso normal desta Casa, que é passar pelas comissões para ser melhor avaliado, para que no futuro outros deputados não digam que foram mais 10 ou 20 bilhões que já entraram no governo e ninguém sabe por onde passou.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 11 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, por 6 minutos falará o deputado Zé Neto e por 5 minutos o deputado Zó.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zé Neto pelo

tempo de 6 minutos.

O Sr. ZÉ NETO:- Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há pouco ouvi uma crítica da Oposição acerca das obras e projetos que estariam parados em Feira de Santana. Nesta semana tivemos conhecimento que Feira de Santana está entre as 50 cidades mais importantes do ponto de vista dos investimentos no Brasil, está entre as 50 cidades mais atrativas do ponto de vista dos investidores e do desenvolvimento.

Gostaria de ressaltar que, sem nenhuma dúvida, as presenças do governo Wagner, do governo Lula, do governo Dilma e do governo Rui Costa são fundamentalmente os maiores protagonistas desse momento que vive Feira de Santana. Digo isso porque muito do que encontramos já foi remodelado e ficou para trás. Encontramos Feira de Santana com 30% de cobertura de esgoto; 315 milhões em investimento, e hoje nossa cidade já está alcançando 80% de cobertura de esgoto. Saneamento básico e as duas bacias, Bacia do Jacuípe e Bacia do Subaé, já estão praticamente prontas. Resta tão somente a Bacia do Rio Pojuca, que compõe a terceira bacia, entre as três, que capta o esgotamentos da cidade.

Um outro fator importante é que no governo Wagner e no governo Rui Costa estamos investindo em infraestrutura como nunca na cidade. Só agora temos em curso na cidade cerca de 54 milhões de investimento em fornecimento, abastecimento e transmissão e distribuição de água na região Norte da cidade, 54 milhões que agora, no mês de dezembro, serão entregues em obras, para que a cidade tenha em toda a região Norte uma melhoria no abastecimento de água e uma solução definitiva para um problema histórico na cidade, que eram as chamadas manobras.

Infelizmente, nos últimos 30 anos não houve investimento adequado em armazenamento de água. Com esse armazenamento que está sendo construído na região Norte, cerca de 24 milhões de litros serão armazenados, e teremos, evidentemente, a condição de melhorar todo o fornecimento de água na região Norte e também equilibrar o abastecimento em toda a cidade, com o fim das manobras que eram feitas permanentemente na história de Feira de Santana.

Está aqui neste momento conosco a deputada Maria del Carmen, que conhece de perto uma das mais importantes obras da história da nossa cidade e uma das mais importantes obras da história da Bahia e do interior, a recuperação da Lagoa Grande. Uma obra de 65 milhões em pleno vapor, sendo trabalhada, e logo será entregue. São 679 unidades construídas para deslocar cerca de 700 famílias que foram deslocadas da Lagoa Grande; moravam dentro da Lagoa e, hoje, dessas 700 famílias, 679 moram nesse conjunto e as demais foram indenizadas. Estamos fazendo uma intervenção dentro de uma lagoa que forneceu água para Feira de Santana por 30 anos. Ela estava toda obstruída e o seu entorno estava invadido e ocupado. Hoje, o espelho d'água já aparece, e eu vou ter muita felicidade em convidar a deputada Maria del Carmen, gestora da Conder no período em que estávamos lutando pela lagoa, para ir lá conosco, no ano que vem, fazer essa inauguração. Teremos 2.300 km de pista de ciclismo e atletismo, equipamentos públicos, além do resgate dessas famílias que saíram da lagoa para morar num conjunto residencial com mais 7.000 famílias atendidas por saneamento básico.

Sem contar que entregaremos este mês a obra de saneamento, de reservamento e tratamento de Ipuacu, mais uma obra de R\$ 6,5 milhões que mostra o nosso empenho em fazer com que a cidade tenha nos distritos e na sede o fornecimento de água adequado e à altura do que Feira de Santana precisa.

Portanto, para aqueles que reclamam de algumas obras paradas, eu até reconheço que estamos andando lentamente na obra do Centro de Convenções, que nos tem trazido problemas, desde o início do governo Jaques Wagner, em razão de ações judiciais e de outras questões administrativas. Esperamos entregar agora, no mês de setembro ou outubro, a parte de estrutura e cobertura e tocar a segunda etapa para finalizá-la.

Quero dizer que a Oposição deveria estar mais preocupada, em Feira de Santana, com a situação péssima e grave por que passa o município no que diz respeito ao transporte coletivo e a outras questões cruciais, inclusive há muitas obras do município paradas! É necessário fazer a crítica dentro de uma contundência que não ultrapasse a verdade, porque, hoje, estamos cientes de que os maiores investimentos da história de Feira de Santana foram feitos nos últimos 12 anos.

Com certeza entregaremos, até o final do governo Rui Costa, mais um grande hospital, o qual está todo planejado e projetado para ser construído ao lado do Hospital da Criança. Será um novo hospital regional. A ampliação do aeroporto já está em curso. Agora mesmo entregamos duas cabeceiras de pista ampliadas. Outros importantes projetos já estão em curso, a exemplo da construção, que agora já está sendo efetuada, do viaduto de retorno da BR-324.

Tenho a certeza de que, mesmo na crise, Feira de Santana continuará tendo do governo do Estado a atenção que merece. Aproveito e encerro a minha fala dizendo que, dos 182 anos que muito nos orgulha Feira de Santana, nunca houve tantos investimentos na sua infraestrutura e na sua magnitude no que se refere às grandes obras e às grandes intervenções tanto de cunho social, quanto de cunho estrutural.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Zó pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, eu queria, nestes 5 minutos, tratar de três assuntos. O primeiro, deputado Adolfo Viana, para quem direciono o meu discurso, se refere a nossa região e é uma coisa muito importante. Nós vivemos a questão da crise hídrica, a qual foi discutida, sábado, em Casa Nova. Paralela à questão da crise hídrica, gostaria de fazer uma solicitação, aqui, e pedir muita atenção aos deputados, porque eu já encaminhei ao presidente da Comissão de Agricultura, o deputado Vítor Bonfim, um documento que eu queria que esta Casa abraçasse. Os fiscais fitossanitários que cuidam da certificação para a importação de frutas no Vale do São Francisco começam uma greve naquela região, e isso, deputado Bira Corôa, nos cria um problema, porque fruta não é carro, computador ou medicamento. Fruta tem prazo de validade, é perecível e estraga rápido!

Queremos que a Comissão de Agricultura, os deputados desta Casa abracem essa discussão. Eu fui solicitado a fazer esse discurso pelos produtores daquela região, principalmente pelo produtor Paulo Sueme da Especial Frutas, porque ele exporta cerca de 20 *containers* de uva e de manga para a Europa e para os Estados Unidos. A gente corre o risco de ter prejudicado esse vetor econômico da nossa região por causa dessa greve. Então, o ministério precisa dar garantias que essa certificação continuará sendo feita. Isso é mais um problema no período em que há um maior aumento da exportação de frutas, ou seja, nos meses de setembro à dezembro.

O deputado Vítor Bonfim, como presidente da Comissão de Agricultura, já recebeu esse comunicado. Vamos solicitar ao governo federal que faça com que esse serviço básico, que é importante, deputado Eduardo Salles – V. Ex^a que foi secretário de agricultura deste Estado e também engrossa essas fileiras – seja garantido, para que a exportação das frutas, que sustenta o Vale do São Francisco, continue. Não iremos admitir que isso seja interrompido. O ministério precisa dar essa garantia!

Outro assunto que quero tratar e gostaria de ter a atenção dos Srs. Deputados, inclusive do deputado Sandro Régis, Líder da Minoria desta Casa, diz respeito a importante sessão que realizamos hoje na Comissão de Assuntos Territoriais desta Casa. A participação dos deputados que compõem essa comissão foi muito importante para que, deputado Bira Corôa, V. Ex^a que participa sempre daquela sessão, deputado Luciano, o jurídico da Casa já está cuidando para que o IBGE não retroaja em relação a aceitação das leis que aprovamos nesta Casa. Todos os 127 municípios aprovados serão prejudicados, mas nove destes serão os mais prejudicados. Vou citar e quero a atenção dos Srs. Deputados, porque municípios em que eles tenham base, serão prejudicados. Sete municípios não terão o aumento do FPM, porque a lei não está sendo acatada pelo IBGE. São eles: Presidente Jânio Quadros, Retirolândia, Serrolândia, Santa Luz, Capim Grosso, Coração de Maria e Euclides da Cunha.

Dois municípios terão redução de FPM, Caatiba e Caém. Municípios que não podem perder entre R\$ 150 e R\$ 200 mil mensais, porque terão a sua receita comprometida. Tenho aqui a lista feita pela comissão contendo os nomes dos sete municípios que não terão o incremento no FPM, porque o IBGE não quer aceitar a lei aprovada nesta Casa. Os municípios de Caatiba e Caém irão perder receitas.

Então, quero muita atenção desta Casa e acompanhamento. Já fiz contato com a UPB, os prefeitos irão entrar com uma ação e o departamento jurídico desta Casa, também, entrará com uma ação. Já contactamos com o Líder da Bancada Federal, deputado José Carlos Araújo, para que ele interceda também.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Um aparte, deputado.

O Sr. ZÓ:- Com o aparte, o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Zó, quero parabenizá-lo e chamar a atenção do presidente Marcelo Nilo, porque o assunto que o deputado traz, desta tribuna, é muito sério. Uma lei foi aprovada por esta Casa e os municípios deixam de receber a sua receita, Sr. Presidente. Levarei esse assunto para a próxima reunião da Mesa Diretora, deputado Leur Lomanto Júnior, para que possamos discutir sobre o assunto.

Estamos num momento de crise em nosso País e os municípios não têm condições de manter suas despesas em dia. Esta Casa faz todo esforço, monta uma comissão, os deputados trabalham, aprovam uma lei, e, agora, essa lei não é obedecida.

Quero parabenizar o deputado Zó e chamar a atenção de todos meus pares para que possamos encabeçar com V. Ex^a essa luta.

O Sr. ZÓ:- Muito obrigado.

O Sr. Eduardo Salles:- Um aparte, deputado.

O Sr. ZÓ:- Com o aparte o deputado Eduardo Salles.

O Sr. Eduardo Salles:- Deputado Zó, eu me junto ao deputado Sidelvan Nóbrega. Acho que temos aí o nosso presidente, deputado Marcelo Nilo, para colocar a gravidade dessa situação que V. Ex^a nos alerta. É importante que façamos um ofício assinado por todos os deputados desta Casa, deputado Zó, ao presidente do IBGE, colocando a gravidade dessa situação. É como V. Ex^a falou, um município como Caatiba, que conheço tão bem, não pode ter queda de receita em função de uma coisa dessa. Se os municípios já não estão aguentando da forma que estão, quanto mais com a queda de receitas em função de uma irresponsabilidade de um órgão federal. Acho, deputado Zó, que deveríamos fazer um abaixo-assinado com os 63 deputados desta Casa e enviar ao IBGE solicitando uma resposta urgente com relação a esse assunto.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, para concluir o meu discurso quero dizer que aqui está a lista com os nomes dos municípios que serão prejudicados. Acho que os deputados que têm ligação com esses municípios têm muito mais obrigação do que qualquer outro deputado.

Vou ler novamente a lista dos municípios...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, para terminar a minha fala, aqui está a lista dos municípios que serão prejudicados. Eu acho que os deputados, com ligações com esses municípios, têm muito mais obrigação do que qualquer outro deputado.

Lerei, novamente, a lista dos municípios prejudicados. São municípios que teriam o incremento de receita e não terão no FPM – Fundo de Participação dos Municípios – por conta de não acatarem a lei. Por isso, tais municípios permanecerão com a mesma receita. Os municípios são: Presidente Jânio Quadros, Retirolândia, Serrolândia, Santa Luz, Capim Grosso, Coração de Maria e Euclides da Cunha.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÓ:- Os municípios terão redução do FPM se o IBGE não acatar essa lei: Catiba e Caém.

Então queria agradecer o apoio, presidente, do jurídico desta Casa que está tomando as providências devidas.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. ZÓ:- Ao mesmo tempo, peço aos deputados que abracem esta causa, porque isso é importante para os municípios da Bahia. E o trabalho está muito benfeito por esta comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem aparteantes.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

O primeiro projeto em discussão é o projeto de lei nº 21.435/2015, de procedência do Poder Executivo, que altera dispositivo da lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009, que organiza o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia.

Para relatar a matéria, com a palavra o deputado Vítor Bonfim.

O Sr. Sandro Régis:- Presidente, V.Exª não pode inverter a ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- O que V.Exª quer, deputado Sandro Régis?

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, V.Exª inverteu a ordem. V.Exª tem de votar, primeiro, o projeto do empréstimo, porque está em regime de urgência. Não pode inverter a ordem!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, defiro a questão de ordem de V.Exª. Pronto. Não tem problema. V.Exª prefere o projeto relativo ao empréstimo?

O Sr. Sandro Régis:- Prefiro, não. O Regimento Interno diz que o projeto, primeiro, a ser votado é o projeto que está em regime de urgência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª tem razão. Colocarei o projeto que está em regime de urgência.

O Sr. Sandro Régis:- Eu não estou pedindo favor. Eu estou pedindo o que está no Regimento.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Sandro Régis, defiro a questão de ordem de V.Exª.

O Sr. Sandro Régis:- Ok. Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Peço vênias a V.Exª.

O próximo é o projeto de lei nº 21.449/2015 que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica e dá outras providências.

PROJETO DE LEI Nº 21.449/2015

Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a contratar em nome do Estado da

Bahia, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, operação de crédito externo até o valor equivalente a US\$400,000,000.00 (quatrocentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), na modalidade *Development Policy Loan - DPL* (Empréstimo para Desenvolvimento de Políticas Públicas), observadas as condições e as exigências dos órgãos federais encarregados da análise econômico-financeira para fins de operação de crédito e da concessão de garantia da União.

Parágrafo único - Os recursos resultantes da operação de crédito autorizada neste artigo destinam-se ao fortalecimento de programas estruturantes relativos ao esforço da inclusão social e produtiva, ao desenvolvimento de infraestrutura social, físico e institucional para o crescimento sustentável e ao fortalecimento do planejamento e gestão do setor público em apoio ao Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia 3ª etapa - PROINCLUSÃO III e ao pagamento da dívida interna com a União.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as modificações orçamentárias que se fizerem necessárias ao cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 3º - As garantias e contragarantias a serem oferecidas para o cumprimento do disposto nesta Lei serão constituídas, durante o prazo de vigência do contrato, de parcelas necessárias e suficientes, das cotas de repartição constitucional das receitas tributárias de que o Estado é titular na forma dos arts. 157 e 159, complementadas pelas receitas tributárias estabelecidas no art. 155, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição da República Federativa do Brasil, bem como outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para relatar a matéria, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, a Oposição, por ser minoria, obviamente que é regra do Parlamento que se obedeça às minorias.

Dentro desta questão, temos de obedecer o art. 68 do Regimento Interno na observância das relatorias desta Casa, principalmente quando os projetos vêm diretamente para o Plenário. E este é o caso. Temos de obedecer à proporcionalidade.

A Oposição não tem sido...

Sou membro da Comissão de Constituição e Justiça; o deputado Pablo Barroso

também é, o deputado Luciano Simões Filho também é. Somos assíduos na Comissão de Constituição e Justiça. Estamos em todas as reuniões da Comissão de Constituição e Justiça. Relatamos, em tempo hábil, todos os projetos que nos são enviados e os projetos oriundos do Executivo, principalmente aqueles em regime de urgência.

Em nenhum momento, a Presidência desta Casa tem obedecido à proporcionalidade. Tem sido designado, constante e invariavelmente e sempre, para esses projetos que estão sendo votados em regime de urgência e que têm uma certa importância para o desenvolvimento das políticas públicas na Bahia e para a importância do baiano, todos esses projetos têm sido designados como relatores os deputados da Base governista.

Veja bem, o projeto, hoje, é do governo.

No momento anterior, o deputado Rosemberg chegou a dizer que este projeto é importante para o governo. Eu retruquei ao dizer que este projeto deve ser importante para o Estado, deputado Rosemberg. O deputado Rosemberg é Líder do PT nesta Casa. O governador é do PT e é ele quem comanda a Bahia.

Não é justo não se obedecer à proporcionalidade!

Por isso, quero apelar para a sensibilidade de V.Ex^a, quero apelar ao espírito democrático com o qual tem conduzido esta Casa, quero apelar aos votos de confiança que a Oposição deu a V.Ex^a para poder conduzir a Casa, que seja observado o Regimento e designado um relator, para relatar esse projeto que está nesta Casa, obedecendo-se à proporcionalidade.

Primeiro, sabemos que nenhum relator que veio, até agora, para relatar projetos de urgência se preparou para fazer o relatório. O parecer já estava pronto, concluído anteriormente. Por isso não é à toa que ele vai ler. Do momento que V.Ex^a o designou até o momento em que subiu à tribuna não houve tempo para ele pensar, relatar, dar o parecer, que está escrito. Para se fazer assim, teria que ser um parecer oral, e ele vai relatar por escrito. Isso significa que o parecer foi preparado anteriormente. Por isso, mais uma vez, eu apelo a V.Ex^a...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Defiro a questão de ordem de V.Ex^a e designo o deputado Alex da Piatã para relatar a matéria.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Não acabou o meu tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Desculpe-me, pensei que havia terminado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a, designando o deputado Alex da Piatã... Todos nós sabemos que vivemos em uma casa política, como V.Ex^a sempre fala aqui. Tenho total deferência ao deputado Alex da Piatã, que é um grande deputado, mas todos sabem que ele nunca frequentou a Bancada da Oposição. É um deputado da Base governista. V.Ex^a me perdoe, Sr. Presidente, mas não está deferindo a minha questão de ordem. V.Ex^a está compreendendo que estou correto, mas está indeferindo a minha questão de ordem, porque está designando um deputado da Base governista.

Por isso, compreendendo que a nossa questão de ordem é coerente, correta, justa e democrática, quero que V.Ex^a – que entendeu assim – nomeie um deputado da Comissão de Constituição e Justiça da Bancada da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado. Deputado Luciano Ribeiro, eu vou mandar fazer um levantamento.

Tenho o direito de designar quem eu quiser, dentro da proporcionalidade. E eu designo o deputado Alex da Piatã para relatar a matéria, no âmbito das Comissões.

Eu vou verificar a proporcionalidade, os cálculos, e atenderei a V.Ex^a, dentro da proporcionalidade. Como V.Ex^a levantou o assunto hoje, vou mandar fazer os cálculos e os trarei na próxima sessão.

Vários deputados da Oposição já relataram. Para mim, todo projeto é importante.

Deputado Luciano Ribeiro, pode lamentar, é um direito de V.Ex^a. Eu vou analisar a proporcionalidade, vou calcular e trarei posteriormente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, para relatar, o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- (Lê) “*PARECER*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.449/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual “Autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito externo na forma que indica, e dá outras providências”.

Através da proposição que ora passo a relatar pretende, o Poder Executivo, obter da Assembleia Legislativa a necessária autorização para contratar operação de crédito externo.

Obtida a autorização legislativa o Governo do Estado poderá contratar até o montante de US\$ 400,000,000.00 (quatrocentos milhões de dólares dos Estados Unidos da América), recursos esses que serão destinados ao financiamento do Programa de Inclusão e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado da Bahia – PROINCLUSÃO III e ao pagamento de dívida interna com a União.

A aprovação da proposta...” – a qual estudei nos últimos 15 dias, uma vez que esse projeto importante para o Estado da Bahia está sendo debatido aqui há mais de 15 dias.

A proposta vai possibilitar ao governo do Estado assegurar o fortalecimento de programas estruturantes relativos ao esforço da inclusão social e produtiva; o desenvolvimento da infraestrutura social, físico e institucional para o crescimento sustentável; e o fortalecimento do planejamento e gestão do setor público em apoio ao Pró Inclusão III, conforme registra o Sr. Governador na mensagem encaminhada a esta Casa.

Significa que está definida a intenção da execução dos US\$ 400 milhões, que serão para a área de infraestrutura, inclusão social e produtiva, social, físico e institucional e para o crescimento e fortalecimento da gestão do setor público.

Trata-se portanto, Sr. Presidente, de medida de grande relevância para a administração estadual e para a sociedade baiana, assegurando recursos para este importante programa...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Rosemberg, só um

segundinho.

Deputado Luciano, procuro ser justo com minhas posições. V.Ex^a, que é um advogado conceituado, leu o art. 68, que diz: são atribuições dos presidentes de comissões permanentes... o que não é meu caso, pois sou o presidente da Assembleia...

Deputado, por favor, deixe-me falar. V.Ex^a fala depois.

Gosto de analisar sempre, porque jamais passarei pelo Regimento. O art. 68 diz que “são atribuições dos presidentes das comissões permanentes...” Não é o meu caso. O meu caso está no art.178: “Se não houver parecer – o que é o caso –, o Presidente da Assembleia Legislativa designará Relator para que o emita oralmente em plenário, manifestando-se, de imediato, a Comissão.” Esse é o meu caso. Não diz em lugar algum...

Sou uma pessoa que procura fazer justiça. V.Ex^a está-se referindo às comissões. Estou-me referindo ao Plenário. É dito que o Relator designado no Plenário pode requerer prazo de até 24 horas.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, compreendo que V.Ex^a tem tentado consertar o que é inconsertável. V.Ex^a indeferiu porque entendeu que eu estava correto. E indeferiu novamente, colocando Rosemberg lá.

Artigo de nenhuma lei, principalmente de um Regimento Interno, principalmente de uma casa política, pode ser analisado individualmente, isoladamente. Neste instante, neste momento, V.Ex^a está atuando exatamente como presidente das comissões.

O regime de urgência foi transferido, tanto é que os projetos não passaram pelas comissões. A discussão foi transferida das comissões diretamente para o Plenário.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a, neste instante, está a exercer o papel de presidente das comissões. Desse artigo que V.Ex^a está lendo teremos que ser remetidos ao art. 68, inciso II.

No meu humilde entendimento, Sr. Presidente, o que existe no regime de urgência é que devemos acelerar o processo. Mas nunca, em hipótese alguma, negar as garantias do Parlamento, as garantias dos parlamentares, as garantias individuais. Senão não haveria sentido. Regime de urgência chegava, todo mundo marcava, todos votavam e estava acabado. O regime de urgência é para ser urgente, mas não para ser atropelado.

Então, é preciso que o artigo que V.Ex^a está a citar seja analisado, concordo, juntamente com o art. 68, inciso II. Porque, neste instante, V.Ex^a está a exercer o papel de presidente das comissões, como substituto.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, especialmente os que fazem oposição: deputados Alan, Carlos Geilson e Leur, além de todos os outros deputados, o presidente irá ler para V.Ex^{as}...

Espero não ser interrompido, porque gosto do debate com parlamentares. O

deputado Luciano Ribeiro, advogado conceituado, um grande tribuno, leu o art 68: “São atribuições dos presidentes das Comissões Permanentes, Especiais e de Inquérito, além de outras admitidas no Regimento Interno.”

Ele cita que os presidentes das comissões têm que dar proporcional, ou seja, presidente de comissão. Deputado, V.Ex^a falou e eu ouvi, por favor, para eu não perder o raciocínio. Eu aprendi na vida que quando a pessoa perde um argumento, começa a interromper. Como V.Ex^a é um grande argumentador, eu gostaria que pelo menos me ouvisse, já que não sou advogado, sou engenheiro, tenho dificuldade, inclusive, de me expressar, li que é o presidente das comissões.

Agora, vamos para outro artigo, que é o artigo 178: “Se não houver parecer, o presidente da Assembleia designa um relator” - que não diz proporcional, eu não sou da comissão, tanto é que não dou quórum. E V.Ex^as sabem, o deputado Sandro Régis sabe que a Comissão de Saúde não terá quórum hoje. E se eu fosse da comissão daria quórum.

Então, quero dizer a V.Ex^a que não uso dois pesos e duas medidas. Se eu for deferir a questão de ordem de V.Ex^a, eu darei quórum na Comissão de Saúde, e eu não posso dar quórum. Espero que tenha convencido todos os deputados, porque se eu for deferir a questão de ordem de V.Ex^a, eu atenderei a Base do Governo, porque todo mundo sabe aqui, em alto e bom som, que está faltando um membro para a Comissão de Saúde. Então se eu fosse dar quórum, teria quórum, e eu não dou quórum. Aliás, eu nem voto, eu apenas sou o magistrado da sessão.

Então, peço vênica a V.Ex^a, espero ter convencido os pares, principalmente V.Ex^a. Quando V.Ex^a argumentou e V.Ex^a argumenta muito bem, fiquei penalizado comigo mesmo porque eu estava em dúvida, agora tenho certeza, porque se eu for deferir a questão de ordem de V.Ex^a, aí terá Comissão de Saúde aqui nesta Casa, mas eu não posso; eu não posso.

V.Ex^a acha que eu posso? Eu posso, deputado? Se V.Ex^a concordar, se os deputados todos concordarem, eu vou concordar, porque faço aqui o que V.Ex^as quiserem. Agora, estarei aí sendo parcial. Espero ter convencido V.Ex^a.

Volto a palavra a V.Ex^a deputado...

O Sr. Paulo Rangel:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo, V.Ex^a quer questão de ordem? Por favor.

O Sr. Paulo Rangel:- Só quero dizer que V.Ex^a está tão correto e mesmo que V.Ex^a seguisse o raciocínio hoje do deputado Luciano Ribeiro assumindo a Presidência da Comissão de Constituição e Justiça, V.Ex^a notará que existe uma proporcionalidade pelos projetos que o deputado presidente da comissão já distribuiu. V.Ex^a está corretíssimo.

Volto a palavra a V.Ex^a e peço desculpas ao meu querido amigo deputado Rosenberg Pinto.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Sr. Presidente, eu só pediria, já que eu estava lendo o voto, que a Taquigrafia separasse as questões de ordem...

Sr. Presidente, eu queria que V.Ex^a depois separasse a leitura do meu voto das

questões de ordem para evitar que fique nos anais aqui a argumentação do meu parecer com as questões de ordem apresentadas aqui no plenário.

“(...) O projeto não recebeu emendas, e considerando que se encontra em conformidade às disposições legais e constitucionais, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 2015.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação o parecer do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Luciano.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Eu queria pedir a V.Ex^a que verificasse o quórum no âmbito das comissões.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido.

Marquem 15 minutos.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: 5 deputados presentes. A comissão tem quórum.

Comissão de Infraestrutura.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum da Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: 05 presentes.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum da Comissão de Educação.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: 05 presentes.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum da Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Resultado: 04.

(Os deputados da Oposição reclamam do resultado.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Calma! Deputado Sandro, V. Exa. ..

(O Sr. Presidente faz a recontagem dos membros presentes da Comissão de Finanças e Orçamento, Fiscalização e Controle.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Presentes: deputados Bobô, Paulo Rangel, Zé Raimundo - três. V. Exa tem razão.

Vou aguardar mais 11 minutos, se não houver quórum, passo para o próximo projeto.

O tempo para a verificação do quórum no âmbito das Comissões é de 15 minutos. No Plenário, é de 25. Estão faltando 11 minutos, faltam dois deputados.

Deputado Zé Neto, aguardo os 11 minutos ou não precisa?

O deputado Zé Neto pede que não se contem os 15 minutos.

Não há quórum para esse projeto.

Próximo projeto é da Previdência. Não tem quórum, se até o final da sessão pedirem quórum e tiver, vota-se.

(Os deputados da oposição reclamam.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já foi... Nesse momento... No dia que houver quórum, vota-se. Mesmo hoje. Não vai ter hoje, mas se tiver quórum, vota-se. Sempre foi assim, deputados, até encerrar a sessão, vota-se o projeto.

Próximo projeto: PL 21.435/2015, de autoria do Poder Executivo, que altera o dispositivo da Lei 11.357, de 06 de janeiro de 2009, que organiza o regime próprio de previdência dos servidores públicos do Estado da Bahia.

PROJETO DE LEI Nº 21.435/2015

Altera dispositivos da Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009, que organiza o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Os §§ 1º a 5º do art. 13 da Lei 11.357, de 06 de janeiro de 2009, passam a vigorar com as seguintes redações:

"Art. 13 -
.....
.....
.....

§ 1º - A perda da qualidade de beneficiário para os dependentes de que tratam os incisos I e II do *caput* do art. 12, bem assim daqueles previstos na parte final dos incisos I e II do *caput* deste artigo, ocorrerá, ainda, após o decurso de 04 (quatro) meses de percepção do benefício, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha realizado o recolhimento mínimo de 18 (dezoito) contribuições ou sem que o casamento ou a união estável conte com menos de 02 (dois) anos.

§ 2º - Não se aplica a regra prevista no parágrafo anterior:

I - quando o óbito do segurado seja decorrente de acidente posterior ao casamento ou ao início da união estável;

II - quando qualquer dos beneficiários previstos no § 1º deste artigo seja considerado incapaz e insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade remunerada que lhe garanta subsistência,

mediante exame médico-pericial a cargo da Junta Médica Oficial do Estado, por doença ou acidente ocorrido após o casamento ou início da união estável e anterior ao óbito.

§ 3º - A comprovação do pensionamento espontâneo, para os fins dos incisos I e II do *caput* deste artigo, será feita mediante as declarações de imposto de renda do alimentante e do alimentado, se for o caso, ou por qualquer outro meio de prova inequívoco.

§ 4º - O cônjuge e o(a) companheiro(a) separado(a) de fato e não pensionado(a) judicialmente deverá comprovar sua dependência econômica em relação ao segurado.

§ 5º - A qualidade de dependente é intransmissível e não se restabelece.”

Art. 2º - O art. 13 da Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009, passa a vigorar acrescido dos §§ 6º e 7º, com as seguintes redações:

“**Art. 13** -
.....
.....
.....

§ 6º - Perderá o direito ao benefício de pensão o dependente que for condenado, por decisão judicial transitada em julgado, pela prática de crime doloso contra a vida do segurado.

§ 7º - Para os efeitos desta Lei, a condição de dependente deverá estar caracterizada no momento do fato gerador do benefício.”

Art. 3º - O art. 22 da Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009, passa a vigorar acrescido dos §§ 2º a 4º, com as seguintes redações, renumerando-se seu parágrafo único para § 1º:

Art. 22 -
....
.....
.....

§ 2º - Observado o recolhimento mínimo de 18 (dezoito) contribuições mensais e de pelo menos 02 (dois) anos de casamento ou união estável até a data do óbito do instituidor segurado, o tempo

de duração da pensão por morte devida aos beneficiários previstos no § 1º do art. 13 desta Lei será calculado de acordo com sua expectativa de sobrevida àquela data, conforme tabela abaixo:

Expectativa de sobrevida à idade x do cônjuge, companheiro ou companheira, em anos (E(x))	Duração do benefício de pensão por morte (em anos)
$58 < E(x)$	3
$52 < E(x) \leq 58$	6
$49 < E(x) \leq 52$	10
$38 < E(x) \leq 49$	15
$35 < E(x) \leq 38$	20
$E(x) \leq 35$	vitalícia

§ 3º - Para efeito do disposto no § 2º deste artigo, a expectativa de sobrevida será obtida a partir da Tábua Completa de Mortalidade - ambos os sexos - construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, vigente no momento do óbito do segurado instituidor.

§ 4º - Os beneficiários previstos no § 1º do art. 13 desta Lei considerados incapazes e insuscetíveis de reabilitação para o exercício de atividade remunerada que lhe garanta subsistência, mediante exame médico-pericial a cargo da Junta Médica Oficial do Estado, por acidente ou doença ocorrido entre o casamento ou início da união estável e a cessação do pagamento do benefício, terão direito à pensão por morte vitalícia.”

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo para relatar a matéria o deputado Vítor Bonfim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Vítor Bonfim.

O Sr. VÍTOR BONFIM:- Sr. Presidente, (Lê) “*Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, ao Projeto de Lei nº 21.435/2015, de autoria do Poder Executivo, o qual 'altera dispositivos da Lei nº 11.357, de 06 de janeiro de 2009, que organiza o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia'.*

Encaminha, à apreciação da Assembleia Legislativa, o Exm^o Sr. Governador

do Estado, projeto de lei propondo alterações na Lei nº11.357/2009, que organiza o Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos do Estado da Bahia.

A proposta "visa a realizar ajustes necessários no benefício da pensão por morte, no âmbito do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, para adequá-lo à Lei Federal nº 13.135, de 17 de junho de 2015, em respeito às disposições constitucionais contidas no § 7º do art. 40 e no art. 201, ambos da Constituição Federal", conforme registra o Chefe do Poder Executivo em sua Mensagem, na qual ressalta ainda que a medida parte do reconhecimento de que a Previdência Social "deve ser organizada sob forma de regime geral de caráter contributivo, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e de que não há diminuição no valor do referido benefício", visando, as alterações, "alinhar as regras de acesso com os padrões nacionais e internacionais e garantir a estabilidade financeira do referido Regime.

Desta forma, o projeto propõe alterações no que se refere à perda da qualidade de beneficiário para os dependentes na condição de cônjuge ou companheiro, que passará a ocorrer, de acordo com a redação proposta ao § 1º do art. 13 da Lei nº 11.357/2009, "ainda, após o decurso de 04 (quatro meses) de percepção do benefício, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha realizado o recolhimento mínimo de 18 (dezoito) contribuições", ou se o casamento ou a união estável contar com menos de dois anos (neste ponto verifica-se uma imprecisão na redação, que será corrigida ao final, por emenda de Relator). Excluem-se dessa regra as ocorrências de óbito do segurado decorrentes de acidente posterior ao casamento ou início da união estável ou quando se tratar de dependentes incapazes ou insuscetíveis de reabilitação para o exercício de atividade remunerada.

Outra alteração significativa é a introdução de regra de proteção ao sistema, estabelecendo-se, a exemplo da Legislação Federal, relativamente ao Regime Geral da Previdência Social, a exigência de um tempo mínimo de casamento ou união estável até a

data do óbito do instituidor segurado para que o benefício da pensão seja vitalício ou temporário, de acordo com as hipóteses de incidência quanto à expectativa de vida do dependente (cônjuge, companheiro ou companheira), baseando-se na Tábua Completa de Mortalidade construída pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, constante do § 2º do art. 22 da citada Lei nº 11.357/2009, introduzido através do art. 3º da presente proposição.

Trata-se, portanto, da adoção de medidas destinadas a assegurar mais solidez ao sistema de previdência dos servidores públicos estaduais, atualmente em situação deficitária, a demandar a sua modernização e a busca de alternativas para a sua sustentabilidade.

O projeto recebeu três emendas, as quais passo a analisar. A emenda nº 1, de autoria da Bancada da Oposição, propõe a supressão dos arts. 1º, 2º e 3º da proposição. Opino pela rejeição da emenda, cuja aprovação implicaria em rejeitar a própria proposta do Executivo. Ocorre que o conteúdo do projeto está alicerçado nas diretrizes governamentais de qualificação do gasto público e equacionamento do

crescente déficit previdenciário, refletindo apenas a aplicação de norma federal pelo Estado da Bahia, amplamente discutida e aprovada pela Lei Federal nº 13.135, de 17 de junho de 2015, que corrige distorções na concessão das pensões previdenciárias. Cumpre destacar que as alterações aqui propostas somente serão aplicadas para os futuros pensionistas do Estado, não afetando aqueles que já percebem tal benefício.

A emenda nº 2, de autoria do Deputado Zé Neto, propõe alteração no art. 3º do projeto, objetivando a correção da tabela de expectativa de sobrevida, cuja redação original tomava por base uma expectativa de vida média, quando a Tábua Completa de Mortalidade do IBGE leva em consideração a expectativa de vida de cada faixa etária, como observado na Lei Federal nº 13.135/2015, com a qual a emenda propõe adequação. Opino, portanto, pela aprovação da emenda.

A emenda nº 3, de autoria do Deputado Pablo Barrozo propõe duas alterações no projeto: no art. 1º, para o acréscimo de um parágrafo ao art. 13 da Lei nº 11.357/2009, estabelecendo que o tempo de contribuição a Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) ou ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) será considerado na contagem das dezoito contribuições mensais de recolhimento mínimo necessário para assegurar o benefício da pensão; a outra modificação proposta destina-se ao acréscimo de mais um parágrafo ao art. 22 da Lei nº 11.357/2009, estipulando que o benefício de pensão por morte durará quatro meses quando o servidor não completar os requisitos para sua concessão, que são dezoito contribuições mensais e no mínimo dois anos de casamento ou união estável. Opino pela rejeição da emenda. Quanto à primeira sugestão de alteração, a Constituição Federal dispõe, em seu artigo 201, § 9º, que os diversos Regimes de Previdência se compensarão financeiramente, sendo assegurada, ao servidor, a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada. Deste modo, já está subentendida a modificação sugerida, sendo desnecessária a inserção proposta.

No que se refere à segunda sugestão, também se mostra desnecessária, uma vez que a redação proposta, para ser inserida no art. 3º do Projeto de Lei, já se encontra disciplinada no art. 1º, quando se refere à perda da qualidade de beneficiário, após quatro meses de percepção do benefício, dos dependentes cujo segurado não tenha realizado o recolhimento mínimo de dezoito contribuições ou cuja união estável ou casamento conte com menos de dois anos.

Por fim, cabe-me, na condição de Relator, apresentar uma emenda, destinada a tornar mais clara a redação de dispositivo do projeto, na forma seguinte:

Emenda de Relator:

Altere-se a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 21.435/2015, para modificar a redação proposta para o § 1º do art. 13 da Lei nº 11.357, de 6 de janeiro de 2009, a qual passa a ser a seguinte

“Art. 1º - ...

”Art. 13 -

§ 1º - A perda da qualidade de beneficiário para os dependentes de que tratam

os incisos I e II do caput do art. 12, bem assim daqueles previstos na parte final dos incisos I e II do caput deste artigo, ocorrerá, ainda, após o decurso de 04 (quatro) meses de percepção do benefício, se o óbito ocorrer sem que o segurado tenha realizado o recolhimento mínimo de 18 (dezoito) contribuições ou se o casamento ou a união estável contar com menos de 02 (dois) anos.

.....
Justificativa: *A alteração proposta tem por objetivo realizar ajuste redacional do texto original, traçando critérios de concessão do benefício mais claros.*

Ante o exposto, e considerando que a proposição se encontra em conformidade às disposições constitucionais e legais, opino pela sua aprovação com as alterações introduzidas pela emenda nº 2 e pela emenda de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 23 de setembro de 2015.

Deputado Vítor Bonfim

Relator.”

Sr. Presidente, esse é o parecer.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Luciano Ribeiro:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Lido o parecer, questão de ordem do deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, queria, na verdade, fazer dois requerimentos. O primeiro, é para pedir vista desse parecer, para que eu possa...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos resolver o primeiro assunto. Sua questão de ordem é para pedir vista ao parecer do deputado Vítor.

Defiro a questão de ordem e concedo vista num prazo máximo de até 72 horas.

O segundo assunto?

O Sr. Luciano Ribeiro:- O segundo assunto, é que outro dia fiz uma questão de ordem, argumentando que, mesmo num projeto que trâmite é em regime de urgência, o pedido de vista era também possível, haja vista o contraditório que deve haver no Parlamento.

Gostaria de reafirmar esse pedido a V.Ex^a, já que não vai haver prejuízo para apreciação do projeto. Não houve quórum nas comissões. Queria que V.Ex^a também deferisse o pedido de vista ao projeto anterior, que esteve aqui e sua tramitação foi suspensa por falta de quórum.

São esses os dois requerimentos que faço a V.Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, eu não posso, porque já está em votação.

(Lê) “Art. 81 - Qualquer membro da Comissão, ressalvada a hipótese de tramitação de regime de urgência, poderá pedir vista por 48 horas...”, o que é o caso. Ou seja, com regime de urgência não posso conceder vista, conforme o art. 81.

Srs. Deputados, há aqui três projetos de três deputados, conforme anunciamos há 8 dias. Toda quarta-feira, dentro do possível, votaremos projeto de deputado. Faço

uma pergunta ao deputado Sandro Régis, porque só posso por acordo...

Os três projetos são: o do deputado Bobô, que institui o dia 21 de janeiro como Dia Estadual dos Profissionais de Postos de Combustíveis; o do deputado Jânio Natal, que dispõe sobre a transferência simbólica da Capital da Bahia para Porto Seguro no dia 22 de abril; e o do deputado Alex da Piatã, que dispõe sobre a obrigatoriedade de passe livre para ambulâncias dos hospitais, clínicas e empresas do Estado da Bahia. As ambulâncias já têm o passe livre, é apenas para elas terem o direito de não ficar em fila e irem sem parar.

O quarto projeto é aquele a que o deputado Sandro Régis pediu vista. Como Líder da Oposição, ele fez o apelo, pois gostaria de mais 3 dias para a vista. Então, vou conceder os 3 dias. Deputado Sandro, V.Ex^a traz na próxima semana.

Faço um apelo ao meu querido amigo deputado Eduardo e ao deputado Marcell para que entrem, se possível, num acordo, já que não passarei de terça-feira, porque o deputado Luciano Ribeiro pediu e concedi vista de 72 horas. Mas o deputado Sandro Régis me fez um apelo, e gosto sempre de fazer as coisas aqui por consenso, principalmente quando é projeto de deputado, para que deixasse para a próxima semana.

Então, vou abrir um precedente, só nesse caso, e vou conceder mais 72 horas a V.Ex^a.

Deputado Sandro, podemos votar esses projetos? Só posso colocar em votação por dispensa de formalidades.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, quero dizer a V.Ex^a que a Oposição concorda com V.Ex^a em votar projeto de deputado, mas nesta noite a Oposição não fará acordo em hipótese alguma para se votar.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, vou colocar em votação o regime de urgência para esses três projetos, porque assim os votaremos na próxima semana, independentemente de...

O deputado Sandro Régis está no seu direito, como o deputado Jânio Natal, o deputado Alex da Piatã e o deputado Bobô. O de Eduardo Salles já está pronto para se votar, não se pode mais nem pedir vista.

Vou colocar em votação o regime de urgência.

(Lê) *“Requer, nos termos do art. 174, inciso I, do Regimento Interno, urgência para a tramitação do projeto de lei nº 21.158/2015, de autoria do deputado Jânio Natal, que dispõe sobre a transferência simbólica da Capital da Bahia para a cidade de Porto Seguro.”*

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa). Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Próximo projeto.

(Lê) *“ O Presidente da Assembleia requer nos termos do Art. 74, inciso I do regimento interno urgência para tramitação do Projeto de Lei nº. 21.075/2015, de autoria do deputado Alex da Piatã, que dispõe sobre a obrigatoriedade de passe livre para as ambulâncias dos Hospitais, Clínicas e empresas do Estado da Bahia.”*

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa).

Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- *(Lê) “O Presidente da Assembleia requer nos termos do Art. 174, do regimento Interno, urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº. 21.107/2015, de autoria do deputado Bobô, que institui o dia 21 de janeiro como dia estadual dos profissionais de postos de combustível”.*

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram.

(Pausa).

Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, há um requerimento aqui que passou pela Mesa Diretora e foi aprovado na Mesa, solicitando do Detran alguns contratos. Pelo Regimento tem que ser aprovado no Plenário. Mas, por pedido do deputado Zé Neto e do deputado Leur Lomanto, nós votaremos na próxima quarta-feira.

Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.